

# Itaú Unibanco Holding S.A.



**Data-Base: 31.12.2011**

*(conforme Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 "Instrução CVM 481")*

---

<b>Identificação</b>	Itaú Unibanco Holding S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.872.504/0001-23, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3.0001023-0, registrada como companhia aberta perante à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 19348 ("Banco" ou "Emissor").
<b>Sede</b>	A sede social do Emissor está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	A área de Relações com Investidores do Itaú Unibanco está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Conceição, 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Alfredo Egydio Setubal. O telefone da área de Relações com Investidores é (5511) 5019 1549, o fax é (5511) 2794 3933 e o e-mail é <a href="mailto:relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br">relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br</a>
<b>Audidores Independentes da Companhia</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para os exercícios encerrados em 31.12.2011, 31.12.2010 e 31.12.2009
<b>Agente Escriturador</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Atendimento aos Acionistas</b>	O atendimento aos acionistas do Emissor é realizado nas agências do Itaú Unibanco S.A., cuja sede esta localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902
<b>Jornais nos quais a Companhia divulga Informações</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico
<b>Site na Internet</b>	<a href="http://www.itau-unibanco.com.br/ri">http://www.itau-unibanco.com.br/ri</a> As informações constantes da página na rede mundial de computadores ( <i>website</i> na Internet) da Companhia não são partes integrantes deste documento
<b>Data da última atualização</b>	21.03.2012

---

## ÍNDICE

<b>ITEM 1. Documentos e Informações para a Assembleia Geral Ordinária (AGO)</b>	<b>Pag.</b>
ITEM 1.1 Relatório da Administração	2
ITEM 1.2 Demonstrações Contábeis	2
ITEM 1.3 Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira	2
ITEM 1.4 Relatório dos Auditores Independentes	2
ITEM 1.5 Parecer do Conselho Fiscal	2
ITEM 1.6 Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP	3
ITEM 1.7 Destinação do Resultado do Exercício Social	3
ITEM 1.8 Relatório do Comitê de Auditoria	3
<b>ITEM 2. Anexo I – Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da companhia (Item 10 do Anexo 24 da ICVM 480)</b>	<b>4</b>
<b>ITEM 3. Anexo II – Proposta de Destinação dos Lucros (Anexo 9-I-II da Instrução CVM Nº 481)</b>	<b>42</b>

Em conformidade com o Art. 21, inciso VI da Instrução CVM 480/09, comunicamos que foram disponibilizadas aos acionistas as informações requeridas pelo Art. 9º da Instrução CVM 481/09 e pelo Art. 133 da Lei 6404/76, conforme abaixo especificado.

## **1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

O Relatório da Administração foi disponibilizado em conjunto com as Demonstrações Contábeis, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 06.2.2012. Referido documento foi disponibilizado em 07.2.2012 no Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (“IPE”) da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado em 29.2.2012 no Valor Econômico (páginas E3 a E22) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 07 a 36).

## **2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 06.2.2012, as quais foram objeto de: (i) recomendação para aprovação, consignada no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria; (ii) parecer favorável do Conselho Fiscal; (iii) relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes; (iv) manifestação da Diretoria, que concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes, com as Demonstrações Contábeis e com o relatório de análise gerencial da operação.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas em 07.2.2012 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>) tendo sido publicadas em 29.2.2012 no Valor Econômico (páginas E3 a E22) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 07 a 36).

## **3. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA**

Os comentários dos administradores, na forma especificada no item 10 do anexo 24 da Instrução CVM 480, encontram-se no anexo I do presente comunicado.

## **4. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

O relatório dos auditores independentes foi disponibilizado em 07.2.2012 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 29.2.2012 no Valor Econômico (páginas E3 a E22) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 07 a 36). Referido documento foi apreciado pelo Conselho de Administração em reunião de 06.2.2012.

## **5. PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O parecer do Conselho Fiscal foi disponibilizado em 07.2.2012 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 29.2.2012 no Valor Econômico (páginas E3 a E22) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 07 a 36). Tal parecer foi analisado pelo Conselho de Administração, em reunião de 06.2.2012.

## 6. FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas foi disponibilizado no IPE em 07.2.2012.

## 7. DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011.

A companhia apurou Lucro Líquido no exercício de 2011 no valor de R\$ R\$ 11.890.195.760,13 (onze bilhões, oitocentos e noventa milhões, cento e noventa e cinco mil, setecentos e sessenta reais e treze centavos), conforme demonstrativo de resultado disponibilizado em 07.2.2012 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 29.2.2012 no Valor Econômico (páginas E3 a E22) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 07 a 36).

Tendo em vista a apuração de referido Lucro, e conforme consubstanciado nas Demonstrações Contábeis propõe-se destiná-lo da seguinte forma:

- (a) R\$ 594.509.788,01 (quinhentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais e um centavo) à Reserva Legal;
- (b) R\$ 6.241.662.706,71 (seis bilhões, duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, setecentos e seis reais e setenta e um centavos) às reservas estatutárias, sendo:
  - 1. R\$ 1.859.846.180,54 (um bilhão, oitocentos e cinqüenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta reais e cinqüenta e quatro centavos) à Reserva para Equalização de Dividendos;
  - 2. R\$ 1.752.726.610,46 (um bilhão, setecentos e cinqüenta e dois milhões, setecentos e vinte e seis mil, seiscentos e dez reais e quarenta e seis centavos) à Reserva para Reforço do Capital de Giro e;
  - 3. R\$ 2.629.089.915,71 (dois bilhões, seiscentos e vinte e nove milhões, oitenta e nove mil, novecentos e quinze reais e setenta e um centavos) à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e
- (c) R\$ 5.054.023.265,41 (cinco bilhões, cinqüenta e quatro milhões, vinte e três mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos) ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, conforme faculdade prevista no Artigo 9º da Lei n.º 9.249/95.

A proposta de destinação do Lucro, na forma especificada no anexo 9.1-II da ICVM 481, encontra-se no anexo II do presente comunicado.

## 8. RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi disponibilizado em 07.2.2012 no IPE e no site da Companhia (<http://www.itaunibanco.com.br/ri>), tendo sido publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis em 29.2.2012 no Valor Econômico (páginas E3 a E22) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 07 a 36). Ele foi analisado pelo Conselho de Administração, em reunião de 06.2.2012.

**Item 10 do Anexo 24 da ICVM 480****ITEM 10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

- a) *Condições financeiras e patrimoniais gerais*

**2011**

O ano de 2011 foi marcado por elevada volatilidade no cenário internacional, particularmente a partir de agosto. A perspectiva de crescimento das economias desenvolvidas deteriorou-se, influenciada ainda pela necessidade de grandes ajustes fiscais nos próximos trimestres, em especial pela economia europeia. A contenção no crédito privado nos mercados internacionais, reflexo da crise também deve ser um fator de moderação no crescimento. O Banco Central Europeu proveu liquidez de três anos para um grande número de instituições financeiras em dezembro, contribuindo para algum alívio, pelo menos no curto prazo, nas condições financeiras da região. Nos Estados Unidos, o crescimento acima do esperado no segundo semestre de 2011 foi a surpresa positiva. A China deve apresentar desaceleração moderada ao longo dos próximos trimestres, mas a posição externa do país continua sólida, a dívida das famílias é baixa, e o consumo mantém potencial de crescimento.

No cenário doméstico, consolidou-se a tendência de desaceleração da atividade econômica. Esse arrefecimento é consequência do aperto fiscal e monetário realizado entre o final de 2010 e meados de 2011, mas também reflete a recente deterioração do cenário econômico global. As expectativas dos consumidores e empresários permaneceram em níveis inferiores àqueles verificados no passado recente. O Produto Interno Bruto (PIB) do 4T11 registrou um pequeno crescimento em torno de 0,2%, apresentando uma leve recuperação em relação à estabilidade observada no trimestre anterior. Com isso o crescimento anual do PIB em 2011 foi de 2,7%.

A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano de 2011 em 6,5%. O arrefecimento da atividade econômica, a menor pressão dos preços das commodities e a diminuição dos reajustes de itens administrados contribuem para a perspectiva de redução da inflação ao longo de 2012.

Nesse contexto, com a elevação das incertezas sobre o cenário externo e o possível impacto sobre a atividade doméstica, o Banco Central do Brasil iniciou um processo de redução da taxa Selic em agosto de 2011. A taxa básica de juros encerrou 2011 em 11,0% ao ano, ante os 12,5% antes do ciclo de redução. Além do afrouxamento da política monetária, o governo tem utilizado outros instrumentos para estimular a economia, incluindo a redução de IPI para os segmentos de eletrodomésticos e a diminuição das alíquotas de requerimentos de capital e IOF para determinadas operações de crédito.

O mercado de crédito mostrou redução no crescimento ao longo de 2011. No ano de 2011, as novas concessões de crédito para pessoas físicas elevaram-se, em termos reais, 4,4% em relação ao mesmo período de 2010 (após crescimento de 15,4% em 2010 frente a 2009). No segmento de pessoas jurídicas, as concessões em 2011 cresceram 1,4% ante 2010, ano em que a expansão foi de 2,5% em relação a 2009. O total de crédito como percentual do PIB atingiu 49,1% em dezembro de 2011 ante 45,2% em dezembro de 2010. A inadimplência acima de 90 dias subiu para 5,5% em dezembro, ante 4,5% no fechamento de 2010, influenciada pela elevação das taxas de juros dos empréstimos e pelo menor crescimento econômico.

O lucro líquido do exercício foi de R\$14.621 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 22,3%, em comparação a 24,1% em 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo consolidado totalizou R\$ 851.331 milhões e o patrimônio líquido total foi de R\$71.347 milhões. Na mesma data, nosso índice de solvência em base integralmente era de 16,4%.

O saldo das transações de créditos, inclusive avais e fianças, era de R\$397.012 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 19,1% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o crédito a pessoas físicas aumentou 17,9%, enquanto que o crédito a pessoas jurídicas aumentou 17,9%, se comparado a 31 de dezembro de 2010. Com respeito a empréstimos a pessoas físicas, os destaques foram o crédito imobiliário, empréstimo por cartão de crédito e crédito pessoal, com aumentos de 66,7%, 18,0% e 47,0%, respectivamente. Com respeito a crédito para micro, pequenas e médias empresas, a carteira aumentou 13,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, enquanto que a carteira de empréstimos a pessoas jurídicas aumentou 21,3% durante o mesmo período. O saldo de avais e fianças alcançou R\$51.530 milhões em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 34,3% se comparado a 31 de dezembro de 2010.

Nosso resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentou 45,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A despesa de provisão para créditos de liquidações duvidosas aumentou 41,0%, de R\$14.121 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$19.912 milhões em 2011, um aumento de R\$5.791 milhões. Esse crescimento deveu-se ao crescimento de nossa carteira de crédito e

reflete o modelo de perdas esperadas adotada na gestão de risco de crédito da instituição, com base no conceito amplo de BIS II, que considera a perda potencial em termos de crédito rotativo. Esse modelo substituiu o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, tratada como uma proteção de capital de acordo com os preceitos de BIS III. A adoção desse modelo resultou em uma reversão de provisão no montante de R\$ 1.573 milhões, bruto de impostos, no quarto trimestre de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o índice dos créditos de curso anormal de 90 dias como percentual do total de nossa carteira de crédito aumentou 4,9%, se comparado com 4,1% em 31 de dezembro de 2010. Créditos em renegociação, inclusive pagamentos prorrogados, alterados e diferidos, cresceram 4,2% do total de nossa carteira em 31 de dezembro de 2011, se comparado com 3,1% em 31 de dezembro de 2010.

No segundo semestre de 2011, o processo de integração entre o Itaú e o Unibanco foi plenamente concluído. Hoje, 100% das plataformas de tecnologia estão integradas e funcionando em um ambiente único.

Nossos resultados de operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, refletiu um impacto significativo de variações cambiais. A taxa de câmbio entre dólar dos Estados Unidos e real variou de forma significativa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o real sofreu depreciação de 12,6% em relação ao dólar dos Estados Unidos, enquanto que em 2010 houve uma valorização do real de 4,3%.

Em 2011, houve uma mudança na base de consolidação da Financeira Itaú CBD S.A., que passou de integral para parcial, sendo que da Porto Seguro S.A. mudou de consolidação para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Consulte a Nota 2(b) a nossas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

## 2010

Em 2010, o Brasil experimentou um forte crescimento e o PIB apresentou evolução de 7,5%. Isso ocorreu devido principalmente à recuperação da economia brasileira do crescimento negativo de 2009, que apresentou também rápida expansão da demanda doméstica, cujo crescimento foi de 7,5% em 2010, impulsionada principalmente pela recuperação do consumo e dos gastos com investimentos, assim como dos crescentes gastos tributários.

O déficit atual (saldo líquido da comercialização de produtos e serviços e transferências internacionais) alcançou 2,3% do PIB em 2010, sendo que esse déficit se repetiu pelo terceiro ano consecutivo. A solvência externa do Brasil melhorou consideravelmente, com US\$ 289 bilhões nas reservas internacionais e US\$ 256 bilhões na dívida externa em dezembro de 2010. Ainda assim, há outras obrigações externas, como investimentos em carteira de ações e títulos de dívida de renda fixa, que subiram de US\$ 287 bilhões em 2008 para US\$ 645 bilhões em janeiro de 2011.

Há preocupações quanto à aceleração da inflação: o índice de inflação alcançou 5,9% em 2010, muito acima da média da meta do governo de 4,5%, e próximo do índice máximo estipulado em 6,5%. A inflação pode continuar a subir e pode, potencialmente, afetar os nossos resultados. Os índices de inadimplência no sistema bancário brasileiro caíram durante o ano de 2010.

Não obstante os efeitos relativamente curtos da crise internacional, novas fontes de tensão, especialmente da Europa, devido à carga da dívida soberana dos países europeus, dos Estados Unidos, devido a temores de uma segunda recessão resultante da morosidade do mercado imobiliário e à crescente taxa de desemprego, e da aceleração da inflação nos países emergentes, podem afetar o nível de atividade e aumentar a volatilidade da moeda brasileira, o Real, em relação ao dólar dos Estados Unidos, ao Euro, ao Yen, ao Yuan e a outras moedas. O governo brasileiro poderia optar por adotar medidas adicionais macroprudenciais para evitar o aumento excessivo do ativo.

Em dezembro de 2010, o Conselho Monetário Nacional adotou medidas que visam a conter o crescimento do crédito: elevação do adicional de compulsórios e elevação do requerimento de capital. Os depósitos compulsórios do sistema bancário no Banco Central aumentaram em R\$ 81,8 bilhões. Essas medidas vêm moderando o crescimento dos empréstimos. Indicações preliminares, com os dados do mês de dezembro, mostraram uma média das concessões de empréstimos para a pessoa física caindo 10,5%, em termos reais e dessazonalizados. Ainda que o impacto tenha sido menor nas concessões para a pessoa jurídica, as quais apresentaram queda de 6,6%, outras variáveis como os juros cobrados nos empréstimos à pessoa física parecem ter se elevado. Não obstante, o crédito total concedido pelo sistema bancário aumentou sua importância no ano de 45% do PIB para 47%.

Em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$ 13.323 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 60.879 milhões. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de R\$ 24,1% em 2010. Na mesma data, nosso índice de solvência em base integralmente consolidada era de 15,4%, uma redução de 130 pontos base em comparação a 31 de dezembro de 2009, principalmente devido a (i) mudanças nas regras de exigência de capital, que excluíram as provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa do cálculo de capital do Nível 1, e (ii) expansão do crédito. Para mais detalhes sobre o cálculo de nosso capital regulamentar, consulte a Nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, nosso principal desafio foi a finalização da integração das agências do Unibanco e dos postos de serviço em todo o Brasil. Com a finalização da integração, somos capazes de aprimorar nossos processos e, dessa forma, aumentar o volume de serviços e a nossa base de clientes, ao mesmo tempo em que mantemos a qualidade dos serviços.

Destacamos a melhora na qualidade dos ativos como a principal mudança em nossa situação financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As nossas operações foram positivamente afetadas pela redução em empréstimos inadimplidos, principalmente devido a uma melhora na qualidade de nossa carteira de pessoas físicas e jurídicas, e um avanço em nossa recuperação de empréstimos anteriormente baixados como perdas. Os níveis reduzidos de inadimplência estão associados ao desenvolvimento da economia brasileira, bem como às políticas conservadoras de crédito que adotamos a partir de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de transações de crédito, inclusive avais e fianças, era de R\$333.427 milhões, um aumento de 20,5% se comparado a 31 de dezembro de 2009. O crédito a pessoas físicas aumentou 18,3%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 21,8% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Em 2010, mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de empréstimo em cartão de crédito, financiamento de veículos, crédito imobiliário e crédito para micro, pequenas e médias empresas, sendo que a carteira de crédito para pessoas jurídicas aumentou a uma taxa maior do que para outros segmentos.

Nossos resultados operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparados aos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, refletiram um impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o real valorizou-se 25,5% em relação ao dólar dos EUA. A redução da receita das operações financeiras antes de perdas de crédito, devido principalmente a ganhos menores de instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior, resultou em uma diminuição de despesas relacionadas a imposto de renda e contribuição social.

## 2009

A atividade econômica brasileira mostrou forte retomada, principalmente no segmento industrial, a partir de janeiro. Desde então, a produção industrial cresceu por dez meses consecutivos, acumulando aumento de 19,1% até novembro, na comparação com o mês de dezembro de 2008. No entanto, apesar da sequência de crescimento mensal, a produção da indústria ainda acumulava queda de 9,3% entre janeiro e novembro, quando comparada com o mesmo período de 2008.

Fundamental para essa recuperação foi a rápida retomada do crédito bancário doméstico. Em dezembro, o crédito como proporção do PIB alcançou o índice de 45%, ante uma série histórica inferior a esse patamar.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$ 10.067 milhões. Em 31 de dezembro de 2009, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 50.683 milhões. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 21,4% em 2009. Nosso índice de solvência em base integralmente consolidada atingiu 16,7%, um aumento de 0.6 ponto percentual (p.p.) em comparação com o exercício anterior.

Durante 2009, enfrentamos dois desafios principais. Primeiro, internamente vivenciamos mudanças significativas relacionadas à associação. No final de 2008, definimos a equipe administrativa que lideraria a nova instituição. Além disso, finalizamos a escolha dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria que seriam responsáveis por conduzir o processo de integração. No primeiro semestre de 2009, esse processo foi expandido para todos os níveis administrativos da nossa empresa. Ao mesmo tempo, foram reavaliadas e redefinidas as oportunidades de mercado e os modelos de negócio, e estabelecidas as metas para a unidade de negócio comercial. O programa de transformação de agências associado à integração das operações dos dois bancos teve início no segundo semestre de 2009 e a previsão era de que estivesse em ritmo acelerado em 2010. O segundo desafio estava relacionado à turbulência nos mercados financeiros internacionais. O principal impacto da crise econômica sobre o setor financeiro brasileiro em geral foi um aumento nas operações de crédito de curso anormal. Nossas operações foram afetadas por uma mudança na qualidade dos ativos. Durante os primeiros nove meses de 2009, usamos parte da nossa provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa a fim de responder a essas mudanças na qualidade dos ativos. Porém, no final de 2009, o saldo de operações de crédito de curso anormal começou a diminuir, alterando a tendência de deterioração gradual da qualidade dos ativos iniciada no final de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total de transações de crédito, inclusive avais e fianças, foi de R\$ 278.382 milhões. O crédito a pessoas físicas aumentou 10,4% enquanto o crédito a pessoas jurídicas diminuiu 2,3% se comparados a 31 de dezembro de 2008. Mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de linhas de crédito ao consumidor, principalmente cartões de crédito e financiamento de veículos, e crédito para micro, pequena e média empresas em 2009. As mudanças nas taxas de câmbio e a valorização do real em relação a moedas estrangeiras, além da migração de clientes pessoa jurídica aos mercados de capitais como fonte de operações financeiras, foram as principais causas da diminuição do saldo de crédito a pessoas jurídicas.

Em 23 de agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro firmaram um acordo de associação para unificar suas respectivas operações de seguros residenciais e de automóveis. Além disso, foi assinado um acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis aos clientes da rede Itaú Unibanco, no Brasil e no Uruguai. Como consequência dessa associação, os resultados da Porto Seguro foram consolidados proporcionalmente no quarto trimestre de 2009, em vista da participação de 30,0% na Porto Seguro.

Reclassificamos certos itens na data base de 31 de dezembro de 2010 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para fins comparativos. Consulte a Nota 22(I) às nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

*b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas*

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social está representado por 4.570.936.100 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.400 ações ordinárias e 2.281.649.700 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 45.000.000 (R\$ 45.000.000 em 31/12/2010), sendo R\$ 31.551.752 (R\$ 31.546.933 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no país e R\$ 13.448.248 (R\$13.453.067 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no exterior.

Julgamos adequado o atual nível de índice da Basileia de 16,4% com base no Consolidado Econômico Financeiro de 31 de dezembro de 2011.

*I - Hipóteses de resgate;*

Não há hipótese de resgate de ações do emissor além das legalmente previstas.

*II - Fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não se aplica.

*c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos; d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez; g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.*

Nossa Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez determina nossa política de gestão de ativos e passivos. Nossa política é manter uma estreita correspondência entre os vencimentos e à exposição em taxa de juros e moedas. Para estabelecer políticas e limites, a Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez considera nossos limites de exposição a cada segmento de mercado e produto e a volatilidade e a correlação entre os diferentes mercados e produtos.

Temos investido na melhoria da gestão de risco da liquidez inerente a nossas atividades, mantendo simultaneamente uma carteira de títulos e valores mobiliários de alta liquidez (reserva operacional), que representa uma fonte potencial de liquidez adicional.

A administração controla nossas reservas de liquidez mediante a estimativa dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando o perfil de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez. Esses limites buscam assegurar liquidez suficiente, inclusive no caso de ocorrerem eventos de mercado imprevistos. Esses limites são periodicamente revisados com base nas projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (isto é, cenários de estresse).

A administração da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez adequada para cumprir com nossas obrigações atuais e futuras e capitalizar as oportunidades de negócios à medida que aparecem.

Nossa principal fonte de recursos são os depósitos, e estas captações incluem depósitos à vista, de poupança, a prazo e interfinanceiros. Em 31 de dezembro de 2011, os depósitos totais alcançaram R\$ 242.638 milhões, representando 41,9% do total de recursos. Em 31 de dezembro de 2010 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 202.688 milhões, representando 39,8% do total de recursos. Já em 31 de dezembro de 2009 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 190.772 milhões, representando 48,0% do total de recursos. Nossos depósitos a prazo representavam em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente, 59,5%, 57,4% e 60,1% do total dos depósitos.

Os depósitos em poupança, representam uma das quatro principais fontes de captação de recursos, respondiam em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 por 27,7% e 28,6% do total de depósitos, respectivamente.

## Em 31 de dezembro

	2011		2010		2009	
	R\$ milhões	% do Total de Recursos	R\$ milhões	% do Total de Recursos	R\$ milhões	% do Total de Recursos
<b>Depósitos .....</b>	<b>242.638</b>	<b>41,9%</b>	<b>202.688</b>	<b>39,8%</b>	<b>190.772</b>	<b>48,0%</b>
Depósitos à vista.....	28.933	5,0%	25.538	5,0%	24.837	6,2%
Contas de poupança.....	67.170	11,6%	57.899	11,4%	48.221	12,1%
Interbancários .....	2.066	0,4%	1.929	0,4%	2.046	0,5%
Depósitos a prazo .....	144.469	24,9%	116.416	22,8%	114.671	28,9%
Outros depósitos.....	-	-%	906	0,2%	997	0,3%
<b>Total da dívida de curto prazo .....</b>	<b>151.000</b>	<b>26,1%</b>	<b>159.784</b>	<b>31,4%</b>	<b>113.388</b>	<b>28,6%</b>
Carteira própria.....	43.471	7,5%	98.424	19,3%	35.948	9,0%
Carteira de terceiros.....	36.538	6,3%	23.070	4,5%	51.799	13,0%
Carteira livre .....	1.805	0,3%	950	0,2%	669	0,2%
Notas de crédito imobiliário .....	14.470	2,5%	8.260	1,6%	5.471	1,4%
Notas de crédito do agronegócio....	1.422	0,2%	2.660	0,5%	2.283	0,6%
Letras financeiras.....	2.544	0,4%	-	0,0%	-	-%
Letras hipotecárias.....	37	0,0%	48	0,0%	512	0,1%
Letras de câmbio .....	-	-%	-	-%	-	-%
Debêntures .....	1.039	0,2%	292	0,1%	238	0,0%
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior.....	9.947	1,7%	3.322	0,7%	1.948	0,5%
Obrigações por empréstimos .....	17.972	3,1%	12.009	2,4%	8.509	2,1%
Obrigações por repasses .....	11.037	1,9%	9.769	1,9%	5.969	1,5%
Securitização de ordens de pagamento no exterior .....	-	-%	-	-%	-	-%
Dívida subordinada <sup>(1)</sup> .....	10.718	1,9%	980	0,2%	42	0,0%
<b>Total da dívida de longo prazo .....</b>	<b>185.691</b>	<b>32,1%</b>	<b>147.290</b>	<b>28,9%</b>	<b>93.284</b>	<b>23,5%</b>
Carteira própria.....	92.576	16,0%	66.472	13,0%	39.272	9,9%
Carteira de terceiros.....	-	-%	-	-%	62	0,0%
Carteira livre .....	14.429	2,5%	10.740	2,1%	4.185	1,1%
Notas de crédito imobiliário .....	1.280	0,2%	477	0,1%	585	0,0%
Notas de crédito do agronegócio....	1.862	0,3%	114	0,0%	-	-%
Letras financeiras.....	11.764	2,0%	2.466	0,5%	-	-%
Letras hipotecárias.....	207	0,0%	254	0,0%	-	-%
Letras de câmbio .....	-	-%	-	-%	-	-%

## Em 31 de dezembro

	2011		2010		2009	
	R\$ milhões	% do Total de Recursos	R\$ milhões	% do Total de Recursos	R\$ milhões	% do Total de Recursos
Debêntures .....	-	-%	1.091	0,2%	2.527	0,6%
Títulos emitidos no exterior .....	6.984	1,2%	6.608	1,3%	3.755	0,9%
Securitização de ordens de pagamento no exterior .....	-	-%	-	-%	-	-%
Empréstimos .....	3.170	0,5%	3.640	0,7%	3.828	1,0%
Repases .....	24.422	4,2%	21.920	4,3%	16.386	4,1%
Dívida subordinada .....	28.997	5,0%	33.508	6,6%	22.684	5,7%
<b>Total .....</b>	<b>579.329</b>	<b>100,0%</b>	<b>509.762</b>	<b>100,0%</b>	<b>397.444</b>	<b>100,0%</b>

(1) Inclui ações preferenciais resgatáveis (classificadas como participação minoritária em subsidiárias no nosso balanço patrimonial), no total de R\$741 milhões e R\$658 milhões em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O emissor tem como principal fonte de financiamentos as captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses. Abaixo apresentamos tabela com abertura das captações de recursos por prazo de vencimento.

R\$ milhões

	31/12/2011					Total	%
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365			
Depósitos	127.686	19.850	11.920	83.181	242.636	41,9	
Captações no Mercado Aberto	59.279	11.396	11.138	107.005	188.819	32,5	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.862	15.756	8.841	22.098	51.557	8,9	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.026	12.772	12.213	27.592	56.602	9,8	
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior (1)	-	-	-	-	-	0,0	
Dívidas Subordinadas (*)	60	8.157	2.502	28.997	39.715	6,9	
<b>TOTAL</b>	<b>195.913</b>	<b>67.931</b>	<b>46.613</b>	<b>268.873</b>	<b>579.329</b>		
% por prazo de vencimento	33,9	11,7	8,0	46,4			
<b>TOTAL - 31/12/2010</b>	<b>194.833</b>	<b>56.869</b>	<b>47.631</b>	<b>210.429</b>	<b>509.762</b>		
% por prazo de vencimento	38,2	11,2	9,3	41,3			

(\*) Inclui R\$ 740.703 (R\$ 657.794 em 31/12/2010) de Ações Preferenciais Resgatáveis classificadas no Balanço na rubrica de Participações Minoritárias.

O quadro abaixo destaca as captações efetuadas até 31 de dezembro de 2011 mediante emissão de títulos de dívida subordinada.

Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal R\$
<b>CDB Subordinado</b>				
	2007	2012	103,5% a 104% do CDI	4.969.704
			100% do CDI + 0,35% a 0,45%	731.836
			IGPM + 7,31 a 7,35%	278.350
	2002	2012	102,5% do CDI	200.000
	2008	2013	100% do CDI + 0,50% a 0,6%	1.558.200
			106% a 107% do CDI	48.401
	2003	2013	102% do CDI	40.000
	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	1.864.500
	2007	2014	IGPM + 7,35%	33.200
	2008	2014	112% do CDI	1.000.000
	2008	2015	119,8% do CDI	400.000
	2010	2015	113% do CDI	50.000
	2006	2016	100% do CDI + 0,47% (*)	465.835
	2010	2016	110% a 114% do CDI	2.719.268
	2010	2016	IPCA + 7,33%	122.500
	2010	2017	IPCA + 7,45%	366.830
			<b>TOTAL</b>	<b>14.848.624</b>
<b>Letra Financeira Subordinada</b>				
	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	365.000
	2010	2016	112% a 112,5% do CDI	1.874.000
	2010	2016	IPCA + 7%	30.000
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	206.000
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.223.500
	2011	2017	IPCA + 6,15% a 7,8%	352.400
	2011	2017	IGPM + 6,55% a 7,6%	138.000
	2011	2017	100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.650.000
	2011	2018	IGPM + 7%	42.000
	2011	2018	IPCA + 7,53% a 7,7%	30.000
	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2.000
	2011	2021	109,25 a 110,5% do CDI	6.000
			<b>TOTAL</b>	<b>9.918.900</b>
<b>Euronotes Subordinado</b>				
	2010	2020	6,200%	1.730.600
	2010	2021	5,750%	1.694.200
	2011	2021	5,750%	418.350
	2011	2021	6,200%	780.550
			<b>TOTAL</b>	<b>4.623.700</b>
<b>Bônus Subordinado</b>				
	2005	2015	1,42%	193.834
	2008	2033	3,5% a 4,5%	141.127
			<b>TOTAL</b>	<b>334.961</b>
<b>Ações Preferenciais</b>				
	2002	2015	3,04%	1.388.841

(\*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

No Itaú Unibanco Holding, a carteira é composta por Euronotes Subordinado com vencimento até 30 dias no montante de R\$ 59.547 (R\$ 26.081 em 31/12/2010), com vencimento de 91 a 180 no montante de R\$ 26.167 (R\$ 21.809 em 31/12/2010) e acima de 365 dias no montante de R\$ 5.111.734 (R\$ 3.304.889 em 31/12/2010), totalizando R\$ 5.197.448 ( R\$ 3.352.779 em 31/12/2010).

## III - Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. A respeito do montante de nossas obrigações (detalhadas de acordo com essa mesma classificação). Vale dizer, por fim, que, em relação às dívidas reais, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia ao passo que não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, assim como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada.

R\$ milhões

	31/12/2011					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	8.125	2.498	12.600	23.224	58,5
Letras Financeiras	-	-	-	10.254	10.254	25,8
Euronotes	60	26	-	5.136	5.222	13,1
Bonos	-	3	3	293	299	0,8
Eurobonds	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação incorrido	-	-	-	(24)	(24)	(0,1)
<b>TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>60</b>	<b>8.154</b>	<b>2.502</b>	<b>28.259</b>	<b>38.974</b>	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	737	741	1,9
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>60</b>	<b>8.157</b>	<b>2.502</b>	<b>28.997</b>	<b>39.715</b>	
% por prazo de vencimento	0,1	20,5	6,3	73,0		

	31/12/2010					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	-	-	25.859	25.859	75,0
Debêntures	-	-	-	2.570	2.570	7,4
Euronotes	26	42	895	3.332	4.296	12,4
Bonos	2	-	-	298	300	0,9
Eurobonds	-	12	-	833	846	2,4
(-) Custo de transação incorrido	-	-	(0)	(40)	(41)	(0,1)
<b>TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>28</b>	<b>55</b>	<b>895</b>	<b>32.853</b>	<b>33.830</b>	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	655	658	1,9
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>28</b>	<b>58</b>	<b>895</b>	<b>33.508</b>	<b>34.488</b>	
% por prazo de vencimento	0,1	0,2	2,6	97,2		

	31/12/2009					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	-	-	20.160	20.160	88,7
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Euronotes	-	20	-	857	877	3,9
Bonos	-	3	3	130	136	0,6
Eurobonds	13	-	-	871	884	3,9
(-) Custo de transação incorrido	-	-	-	(19)	(19)	(0,1)
<b>TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>13</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>21.999</b>	<b>22.038</b>	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	684	688	3,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>13</b>	<b>26</b>	<b>3</b>	<b>22.684</b>	<b>22.726</b>	
% por prazo de vencimento	0,1	0,1	0,0	99,8		

O quadro que destaca as captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada está demonstrado no item 10.1.(f.II) deste formulário.

*IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, não havia ocorrido nenhum evento de inadimplência nem descumprimento de cláusula financeira.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco Holding S.A. instituiu, em março de 2010, um programa para emissão e distribuição de notas, com determinados intermediários financeiros ("Programa"). O Programa prevê que poderão ser emitidas pelo emissor, por si próprio ou por meio de sua agência das Ilhas Cayman, notas, subordinadas ou seniores ("Notas"), até o valor limite de US\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de dólares norte-americanos).

Até a presente data foram concluídas as seguintes emissões sob o Programa ("Emissões"):

(i) US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 15 de abril de 2010, com vencimento em 15 de abril de 2020, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo .

(ii) US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 23 de setembro de 2010, com vencimento em 22 de janeiro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

(iii) US\$ 270.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em Notas Seniores emitidas em 23 de novembro de 2010, com vencimento em 23 de novembro de 2015, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

(iv) US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 31 de janeiro de 2011, com vencimento em 22 de janeiro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo. As Notas Subordinadas aqui descritas foram emitidas e distribuídas por meio da reabertura da segunda emissão de Notas Subordinadas e constituem a segunda série da segunda emissão de Notas Subordinadas sob o *Trust Deed*. As Notas Subordinadas emitidas na primeira série e as Notas Subordinadas emitidas na segunda série da segunda emissão compartilham o mesmo código ISIN e CUSIP e são fungíveis entre si.

(v) US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 21 de junho de 2011, com vencimento em 21 de dezembro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

O Programa e as Emissões impõem determinadas condições e limitações à Emissora, conforme discriminadas a seguir:

**a. Alienação de Ativos e Alienação de Controle Societário**

Regra geral, é permitido ao emissor a alienação de todos, ou parte substancial de seus ativos, inclusive por meio de reorganizações societárias (tais como processos de fusão e cisão) sem consentimento dos titulares das notas, desde que, em decorrência de qualquer das operações acima:

- (i) a entidade que receba tais ativos ou que suceda o emissor, se comprometa a cumprir todas as obrigações de pagamento de principal e juros de qualquer nota emitida com base no Programa, bem como se comprometa a assumir todas as demais obrigações impostas ao emissor;
- (ii) não ocorra, por meio da realização de tais operações, algum evento de inadimplência; e
- (iii) a partir de qualquer anúncio público a respeito da operação e antes de sua conclusão: os administradores do emissor entreguem ao agente fiduciário (*trustee*) uma declaração de que a operação de alienação dos ativos em questão está em conformidade com as obrigações e restrições impostas ao emissor; uma opinião legal seja entregue pelos consultores jurídicos do emissor a respeito da assunção das obrigações oriundas do Programa por parte da nova entidade que assumir os ativos ou suceder o emissor.

## h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras consolidada

R\$ milhões

Ativo	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	2011 X 2010	2010 X 2009
<b>Circulante e realizável a longo prazo</b>	<b>839.422</b>	<b>740.465</b>	<b>597.978</b>	<b>13,4%</b>	<b>23,8%</b>
Disponibilidades	10.633	10.097	10.594	5,3%	-4,7%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	116.082	86.359	139.195	34,4%	-38,0%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	187.880	186.562	120.189	0,7%	55,2%
Relações interfinanceiras e interdependências	98.923	86.524	14.570	14,3%	493,9%
Operações com características de concessão de crédito e outros créditos	345.483	295.053	245.951	17,1%	20,0%
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(25.772)	(22.018)	(24.052)	17,0%	-8,5%
Outros ativos	106.193	97.888	91.531	8,5%	6,9%
<b>Permanente</b>	<b>11.909</b>	<b>10.979</b>	<b>10.295</b>	<b>8,5%</b>	<b>6,6%</b>
Investimentos	2.717	3.250	2.187	-16,4%	48,6%
Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento	5.287	4.723	4.360	11,9%	8,3%
Ágio	95	67	-	41,8%	-
Intangível	3.810	2.934	3.748	29,9%	-21,7%
<b>Total Geral do ativo</b>	<b>851.331</b>	<b>751.444</b>	<b>608.273</b>	<b>13,3%</b>	<b>23,5%</b>
Passivo	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	2011 X 2010	2010 X 2009
<b>Circulante e exigível a longo prazo</b>	<b>777.010</b>	<b>686.286</b>	<b>553.584</b>	<b>13,2%</b>	<b>24,0%</b>
Depósitos	242.638	202.687	190.772	19,7%	6,2%
Depósitos à vista	28.933	26.443	25.834	9,4%	2,4%
Depósitos de poupança	67.170	57.899	48.222	16,0%	20,1%
Depósitos interfinanceiros	2.066	1.929	2.046	7,1%	-5,7%
Depósitos a prazo	144.469	116.416	114.671	24,1%	1,5%
Captações no mercado aberto	188.819	199.656	131.935	-5,4%	51,3%
Recursos de aceites e emissão de títulos	51.557	25.592	17.320	101,5%	47,8%
Relações interfinanceiras e interdependências	4.048	3.668	3.077	10,4%	19,2%
Obrigações por empréstimos e repasses	56.602	47.338	34.692	19,6%	36,5%
Instrumentos financeiros derivativos	6.807	5.705	5.476	19,3%	4,2%
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	73.754	60.551	52.404	21,8%	15,5%
Outras obrigações	152.785	141.088	117.909	8,3%	19,7%
Carteira de câmbio	26.182	22.035	27.682	18,8%	-20,4%
Dívidas subordinadas	38.974	33.830	22.038	15,2%	53,5%
Diversas	87.629	85.223	68.188	2,8%	25,0%
<b>Resultados de exercícios futuros</b>	<b>836</b>	<b>766</b>	<b>466</b>	<b>9,1%</b>	<b>64,4%</b>
<b>Participação minoritária nas subsidiárias</b>	<b>2.139</b>	<b>3.513</b>	<b>3.540</b>	<b>-39,1%</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>71.347</b>	<b>60.879</b>	<b>50.683</b>	<b>17,2%</b>	<b>20,1%</b>
<b>Total Geral do passivo</b>	<b>851.331</b>	<b>751.444</b>	<b>608.273</b>	<b>13,3%</b>	<b>23,5%</b>

Apresentamos a seguir as principais variações em contas do balanço patrimonial nas datas de 31 de dezembro dos anos 2011, 2010 e 2009, lembrando que os saldos apresentados nos finais dos períodos de 2011, 2010 e 2009 refletem a consolidação no Itaú Unibanco das operações oriundas do Unibanco.

O saldo total de ativos somou R\$ 851.331 milhões ao final de 2011, com elevação de 13,3% em relação ao ano anterior, e em 31 de dezembro de 2010 o total de ativos consolidados do Itaú Unibanco era de R\$ 751.444 milhões, um aumento de 23,5% ao compararmos com o saldo de R\$ 608.273 milhões de 31 de dezembro de 2009.

O saldo da carteira de crédito, sem avais e fianças, atingiu R\$ 345.483 milhões em 31 de dezembro de 2011, com crescimento de 17,1% na comparação com 31 de dezembro de 2010. No Brasil, o saldo da carteira de crédito pessoa física somou R\$ 154.001 milhões, crescimento de 18,4% quando comparado ao saldo de igual período de 2010. No segmento de

grandes empresas, o saldo da carteira foi de R\$ 93.237 milhões, e no segmento de micro, pequenas e médias empresas chegou a R\$ 85.680 milhões, com crescimento combinado de 14,2% na comparação com 31 de dezembro de 2010. As operações de empréstimo e financiamento ao varejo cresceram 16,0% no período, totalizando R\$ 232.986 milhões. Em 2011 a carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 19.550 milhões, com crescimento de 47,5% em comparação ao ano anterior. O volume de contratações de financiamento imobiliário para mutuários foi de R\$ 13.450 milhões, enquanto no segmento voltado aos empresários, o total contratado alcançou R\$ 6.100 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de crédito sem avais e fianças atingiu o saldo de R\$ 295.053 milhões, com acréscimo de 20,0% em relação a 31 de dezembro de 2009. Considerando-se apenas as operações de empréstimos e financiamentos dirigidas ao varejo – carteiras de Cartão de Crédito, Crédito Pessoal, Veículos, Micro, Pequenas e Médias Empresas, Crédito Rural e Crédito Imobiliário - constatamos um crescimento de 14,7% no saldo da carteira, atingindo R\$ 200.889 milhões. No segmento de grandes empresas, o saldo da carteira foi de R\$ 80.655 milhões, e no segmento de micro, pequenas e médias empresas chegou a R\$ 76.062 milhões, com crescimento de 16,3% na comparação com 31 de dezembro de 2009.

Nossa principal fonte de recursos são os depósitos, e estas captações incluem depósitos à vista, de poupança, a prazo e interfinanceiros. Em 31 de dezembro de 2011, os depósitos totais alcançaram R\$ 242.636 milhões, representando 41,9% do total de recursos. Em 31 de dezembro de 2010 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 202.688 milhões, representando 39,8% do total de recursos. Já em 31 de dezembro de 2009 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 190.772 milhões, representando 48,0% do total de recursos. Nossos depósitos a prazo representavam em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente, 59,5%, 57,4% e 60,1% do total dos depósitos.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2011 apresentou aumento de 19,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pelo crescimento de 24,1% das captações por depósitos à prazo e pelo aumento de 16,0% das captações por depósitos de poupança.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2010 apresentou aumento de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pelo crescimento de 20,1% das captações por depósitos de poupança.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2009 apresentou redução de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pela queda de 15,6% das captações por depósitos a prazo, que não foram compensados pela evolução de 22,7% nos depósitos de poupança.

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$ 71.347 milhões em 31 de dezembro de 2011, atingiu R\$ 60.879 milhões ao final de 2010 e R\$ 50.683 milhões na mesma data de 2009, com crescimentos de 17,2% de 31 de dezembro de 2011 em relação a 2010 e 20,1% de 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009. A variação entre os períodos de 2010, 2009 e 2008 é devida basicamente ao resultado do período e ao pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos.

	Exercício 2011	Exercício 2010	Exercício 2009	2011 X 2010	2010 X 2009
<b>Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>47.259</b>	<b>44.647</b>	<b>46.116</b>	<b>5,9%</b>	<b>-3,2%</b>
<b>Resultado de créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(14.424)</b>	<b>(9.911)</b>	<b>(14.165)</b>	<b>45,5%</b>	<b>-30,0%</b>
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.912)	(14.121)	(16.399)	41,0%	-13,9%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.488	4.209	2.234	30,4%	88,4%
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>32.835</b>	<b>34.736</b>	<b>31.950</b>	<b>-5,5%</b>	<b>8,7%</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>(14.546)</b>	<b>(14.481)</b>	<b>(14.594)</b>	<b>0,4%</b>	<b>-0,8%</b>
Receitas de prestação de serviços	13.912	12.341	12.400	12,7%	-0,5%
Rendas de tarifas bancárias	5.135	4.760	2.772	7,9%	71,7%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	2.714	2.100	2.432	29,3%	-13,6%
Despesas de pessoal	(13.357)	(12.452)	(12.092)	7,3%	3,0%
Outras despesas administrativas	(14.100)	(13.598)	(11.593)	3,7%	17,3%
Despesas tributárias	(4.092)	(4.168)	(4.238)	-1,8%	-1,6%
Resultado de participações em coligadas/controladas	39	423	209	-90,7%	102,4%
Outras receitas operacionais	393	529	808	-25,7%	-34,5%
Outras despesas operacionais	(5.192)	(4.415)	(5.292)	17,6%	-16,6%
<b>Resultado operacional</b>	<b>18.289</b>	<b>20.255</b>	<b>17.357</b>	<b>-9,7%</b>	<b>16,7%</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>191</b>	<b>81</b>	<b>430</b>	<b>135,8%</b>	<b>-81,2%</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre lucro e participações</b>	<b>18.481</b>	<b>20.336</b>	<b>17.787</b>	<b>-9,1%</b>	<b>14,3%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(2.855)</b>	<b>(5.886)</b>	<b>(6.652)</b>	<b>-51,5%</b>	<b>-11,5%</b>
<b>Participações estatutárias no lucro</b>	<b>(192)</b>	<b>(261)</b>	<b>(205)</b>	<b>-26,4%</b>	<b>27,3%</b>
Administradores - estatutárias	(192)	(261)	(205)	-26,4%	27,3%
<b>Participação minoritária nas subsidiárias</b>	<b>(813)</b>	<b>(866)</b>	<b>(864)</b>	<b>-6,1%</b>	<b>0,2%</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>14.621</b>	<b>13.323</b>	<b>10.067</b>	<b>9,7%</b>	<b>32,3%</b>

### Item 10.1 - Complemento:

Em 29 de março de 2010 foi lançado o Programa de Notas de Médio Prazo ("Programa") da Itaú Unibanco Holding S.A., atuando pela sua sede no Brasil ou por meio de sua agência nas Ilhas Cayman ("Emissora"). Em 24 de janeiro de 2012, a Emissora, por meio de sua agência nas Ilhas Cayman, emitiu US\$550.000.000,00 em notas subordinadas sob o Programa, com vencimento em 21 de dezembro de 2021. As notas subordinadas aqui descritas foram emitidas e distribuídas por meio da reabertura da quarta emissão de notas subordinadas e constituem a segunda série da quarta emissão de notas subordinadas sob o Programa. As notas subordinadas emitidas na primeira série e as notas subordinadas emitidas na segunda série da quarta emissão compartilham o mesmo código ISIN e CUSIP e são fungíveis entre si. Para mais informações, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

Comentários sobre as principais variações nas demonstrações de resultados dos anos de 2011, 2010 e 2009 estão demonstrados no item 10.2.(a) deste formulário.

### 10.2 - Os diretores devem comentar sobre:

a) resultados das operações, em especial:

I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

### Resultados das Operações do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 comparado com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

#### Destaques

Em 31 de dezembro de 2011, o lucro líquido foi de R\$14.621 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 22,3%, em comparação a 24,1% em 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo consolidado totalizou R\$851.332 milhões e o total do patrimônio líquido foi de R\$71.347 milhões. Na mesma data, o índice de Basiléia, com base no consolidado econômico financeiro, foi de 16,4%.

O saldo de transações de crédito, inclusive avais e fianças, foi de R\$397.012 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 19,1% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o crédito a pessoas físicas aumentou 17,9%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 17,9%, se comparado a 31 de dezembro de 2010. Com relação ao crédito a pessoas físicas, os destaques foram crédito imobiliário, cartões de crédito e crédito pessoal, com aumento de 66,7%, 18,0% e 47,0%, respectivamente em 2011. Com relação ao crédito para pessoas jurídicas, a carteira de micro,

pequenas e médias empresas aumentou 13,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, enquanto a carteira de grandes empresas aumentou 21,3% no mesmo período. O saldo de avais e fianças foi de R\$51.530 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 34,3% em comparação a 31 de dezembro de 2010.

O resultado de crédito de liquidação duvidosa aumentou 45,5% em 31 de dezembro de 2011, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 41,0%, de R\$14.121 milhões no exercício findo 31 de dezembro de 2010 para R\$19.912 milhões em 2011, um aumento de R\$5.791 milhões. Este crescimento ocorreu principalmente devido aos níveis de inadimplência, ao aumento da carteira de crédito e também reflete o modelo de perdas esperadas adotado em nossa gestão de risco de crédito, com base no conceito amplo de Basileia II, que considera inclusive as perdas potenciais em crédito rotativo. Este modelo substituiu o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, a qual passa a ser tratada como colchão de capital segundo os preceitos de Basileia III. A adoção desse modelo resultou na reversão de provisão no valor bruto de R\$1.573 de impostos no quarto trimestre de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de inadimplência total, considerando o saldo de operações de crédito em atraso há mais de 90 dias alcançou 4,9%, em comparação a 4,1% em 31 de dezembro de 2010. Os créditos em renegociação, inclusive pagamentos com vencimentos prorrogados, modificados ou diferidos, subiram para 4,2% do total da carteira em 31 de dezembro de 2011, em comparação a 3,1% em 31 de dezembro de 2010.

Nossos resultados das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, quando comparados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, refletiram o impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o real depreciou-se 12,6% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício de 2010 o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar.

Em 2011, houve uma mudança no método de consolidação para a Financeira Itaú CBD S.A., passando de consolidação integral para proporcional, e para a Porto Seguro S.A., que passou a ser reconhecida pelo método da equivalência patrimonial. Consulte a Nota 2(b) às nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais.

#### Lucro Líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Receitas da intermediação financeira.....	101.366	79.627	27,3%
Despesas da intermediação financeira.....	(54.107)	(34.979)	54,7%
Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa .....	47.259	44.648	5,8%
Resultado de créditos de liquidação duvidosa.....	(14.424)	(9.911)	45,5%
Resultado bruto da intermediação financeira.....	32.835	34.736	(5,5)%
Outras receitas (despesas) operacionais .....	(14.546)	(14.481)	0,4%
Resultado operacional .....	18.289	20.255	(9,7)%
Resultado não operacional.....	191	81	135,8%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro	18.481	20.336	(9,1)%
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(2.855)	(5.886)	(51,5)%
Participações no lucro.....	(192)	(261)	(26,4)%
Participações minoritárias nas subsidiárias .....	(813)	(866)	(6,1)%
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>14.621</b>	<b>13.323</b>	<b>9,7%</b>

No exercício findo 31 de dezembro de 2011, nosso lucro líquido foi influenciado por provisões para contingências relacionadas a processos cíveis referentes a planos econômicos (despesa após impostos de R\$ 285 milhões), Programa para Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais – Lei No. 11.941 (despesa após impostos de R\$509 milhões) e ajuste feito ao nosso investimento no Banco BPI, que reflete o seu valor de mercado com base no preço da ação em 31 de dezembro de 2011 (despesa após impostos de R\$245 milhões). Consulte a Nota 22(k) às nossas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

#### Receitas da Intermediação Financeira

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos .....	59.103	51.315	15,2%

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Variação (%)
	(R\$ milhões)		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	26.061	18.714	39,3%
Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização .....	5.930	4.513	31,4%
Resultado de operações de câmbio .....	914	980	(6,7)%
Resultado das aplicações compulsórias .....	9.359	4.106	127,9%
<b>Total das receitas da intermediação financeira .....</b>	<b>101.366</b>	<b>79.627</b>	<b>27,3%</b>

Nossas receitas da intermediação financeira aumentaram 27,3%, de R\$79.627 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$101.366 milhões em 2011, um aumento de R\$ 21.739 milhões. Esse aumento é principalmente decorrente da receita de depósitos compulsórios, resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, dos resultados dos produtos de seguros, previdência e capitalização e receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos. O aumento na receita de depósitos compulsórios reflete o impacto das novas exigências implementadas pelo Banco Central ao final de 2010, aumentando significativamente o volume desses depósitos. Esse aumento foi compensado parcialmente pela redução no resultado de operações de câmbio.

#### *Receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos*

Nossa receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentou 15,2%, de R\$51.315 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$59.103 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R\$7.788 milhões. Este aumento está relacionado principalmente ao aumento do volume de operações de crédito e arrendamento mercantil, especialmente crédito a pessoa jurídica, financiamento de veículos, cartão de crédito e crédito pessoal, bem como ao aumento do volume de operações de crédito ou arrendamento mercantil expressas em moedas estrangeiras ou a elas indexadas.

A tabela a seguir apresenta o desempenho das operações de crédito (incluindo avais e fianças) classificadas por tipo de credor (pessoas física e jurídica), compostas mais detalhadamente por tipo de produto para pessoa física e porte do cliente para pessoa jurídica.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Variação (%)
	(R\$ milhões)		
<b>Pessoa física .....</b>	<b>147.860</b>	<b>125.368</b>	<b>17,9%</b>
Cartão de crédito .....	38.961	33.030	18,0%
Crédito pessoal .....	35.069	23.864	47,0%
Veículos .....	60.093	60.118	0,0%
Crédito imobiliário <sup>(1)</sup> .....	13.450	8.067	66,7%
Crédito rural <sup>(1)</sup> .....	287	289	(0,7)%
<b>Pessoa jurídica <sup>(1)</sup> .....</b>	<b>228.474</b>	<b>193.663</b>	<b>18,0%</b>
Grandes empresas .....	139.907	115.348	21,3%
Micro, pequenas e médias empresas .....	88.567	78.315	13,0%
<b>Empréstimos a clientes de controladas localizadas na Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai .....</b>	<b>20.678</b>	<b>14.397</b>	<b>43,6%</b>
<b>Total de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (incluindo avais e fianças) .....</b>	<b>397.012</b>	<b>333.428</b>	<b>19,1%</b>

- (1) Crédito imobiliário e crédito rural estão alocados em crédito a pessoa física ou crédito a pessoa jurídica, conforme apropriado, de acordo com o tipo de cliente. Em 31 de dezembro de 2011, o total da carteira de crédito imobiliário foi de R\$19.550 milhões e o total da carteira de crédito rural foi de R\$5.939 milhões, em comparação com R\$13.257 milhões e R\$5.425 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010.

O saldo total das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, incluindo avais e fianças, foi de R\$397.012 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 19,1% em comparação com o saldo de R\$333.428 milhões em 31 de dezembro de 2010. O crédito a pessoa física totalizou R\$147.860 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 17,9% em comparação com 31 de dezembro de 2010. O saldo de empréstimo de cartão de crédito aumentou 18,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011. O empréstimo de cartão de crédito é uma ferramenta cada vez mais importante para captar novos clientes, especialmente pessoas físicas de baixa renda. O crédito pessoal aumentou 47,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, principalmente como resultado do crescimento no volume de empréstimos nas filiais do Unibanco agora integradas à rede Itaú Unibanco e à revisão das linhas de crédito combinada com o crescimento no número de clientes. O financiamento de veículos permaneceu estável em relação a 2010. O crédito imobiliário a pessoas físicas aumentou 66,7% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, em virtude do ambiente

econômico brasileiro favorável. O crédito a pessoa jurídica totalizou R\$ 228.474 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 18,0% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, impulsionado essencialmente por um aumento de 21,3% do crédito para grandes empresas, totalizando R\$139.907 milhões em 31 de dezembro de 2011. O crédito para micro, pequenas e médias empresas aumentou 13,0% em comparação a 31 de dezembro de 2010, principalmente no subsegmento de empresas de médio porte. O saldo das nossas carteiras de crédito na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Paraguai totalizou R\$20.678 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 43,6% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações no exterior e influenciado também pela valorização do real em relação às moedas desses países.

*Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos*

Nosso resultado das operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos aumentou 39,3% ou R\$7.347 milhões, de R\$18.714 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$26.061 milhões em 2011. Esse aumento no resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros reflete a elevação da taxa SELIC no Brasil em 2011 (taxa média 11,6%) em comparação a 2010 (média 9,8%), o aumento no saldo médio de títulos e valores mobiliários em 2011 e os maiores ganhos com instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger nossos investimentos em subsidiárias no exterior contra o impacto da variação da taxa de câmbio.

*Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização*

Nossas receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização aumentaram 31,4%, de R\$ 4.513 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 5.930 milhões em 2011, um crescimento de R\$ 1.417 milhões devido principalmente ao aumento de receitas de planos de previdência relacionado ao maior saldo de reservas técnicas para operações com seguros, previdência e capitalização, e devido também ao aumento das taxas médias de juros de um período para outro.

*Resultado de operações de câmbio*

O resultado de operações de câmbio diminuiu 6,7%, ou R\$66 milhões, de R\$980 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$914 milhões em 2011. Esta redução no resultado de operações de câmbio ocorreu principalmente em virtude dos ganhos menores com arbitragem em operações de câmbio.

*Resultado das aplicações compulsórias*

Nosso resultado das aplicações compulsórias aumentou 127,9% ou R\$5.253 milhões, de R\$4.106 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$9.359 milhões em 2011. As exigências regulatórias relacionadas a depósitos compulsórios mudaram no final de 2010, o que aumentou significativamente o volume de depósitos exigidos, afetando conseqüentemente o resultado das aplicações compulsórias. Em 31 de dezembro de 2011, detínhamos depósitos compulsórios no valor de R\$98.053 milhões em comparação a R\$85.776 milhões em 31 de dezembro de 2010, dos quais R\$92.323 milhões, R\$81.034 milhões, respectivamente, referiam-se a depósitos remunerados.

*Despesas da intermediação financeira*

A tabela a seguir descreve os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira em 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Variação (%)
	(R\$ milhões)		
Operações de captação no mercado .....	(46.250)	(30.082)	53,7%
Despesas financeiras de provisões técnicas de previdência e capitalização .....	(5.239)	(3.928)	33,4%
Operações de empréstimos e repasses.....	(2.618)	(969)	170,2%
<b>Total de despesas da intermediação financeira .....</b>	<b>(54.107)</b>	<b>(34.979)</b>	<b>54,7%</b>

As despesas de intermediação financeira aumentaram 54,7%, de R\$34.979 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$54.107 milhões em 2011, um aumento de R\$19.128 milhões, decorrente principalmente do aumento das despesas de operações de captação no mercado e nas operações de empréstimos e repasses, conforme discutido abaixo.

*Despesas de operações de captação no mercado*

Nossas despesas de operações de captação no mercado aumentaram 53,7%, de R\$30.082 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$46.250 milhões em 2011, um aumento de R\$16.168 milhões. Esse aumento foi devido principalmente à elevação na taxa média anual SELIC de 9,8% em 2010 para 11,6% em 2011 e aumento no saldo de depósitos, refletindo também o impacto da variação cambial sobre passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

### Despesas de provisões técnicas para planos de previdência e capitalização

As despesas de provisões técnicas para operações de previdência e capitalização aumentaram 33,4%, de R\$3.928 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$5.239 milhões em 2011, um aumento de R\$1.311 milhões, devido principalmente ao aumento no volume de provisões técnicas para planos de previdência, que subiu 21,8% em 2011, de R\$60.551 milhões para R\$73.754 milhões.

### Despesas com operações de empréstimos e repasses

Nossas despesas com operações de empréstimos e repasses aumentaram 170,2%, R\$1.649 milhão, de R\$969 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.618 milhões em 2011, decorrente principalmente do impacto das variações cambiais sobre empréstimos e repasses expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

### Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa

Nosso resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa aumentou 5,8%, de R\$44.648 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$47.259 milhões em 2011, um aumento de R\$2.611 milhões, principalmente como resultado dos fatores descritos acima em “Receitas da Intermediação Financeira” e “Despesas da intermediação financeira”.

### Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa

O resultado de créditos de liquidação duvidosa aumentou 45,5%, de R\$9.911 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$14.424 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R\$4.513 milhões. A tabela a seguir descreve os principais componentes do nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		Variação (%)
	2011	2010	
		(R\$ milhões)	
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.912)	(14.121)	41,0%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.488	4.210	30,4%
<b>Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(14.424)</b>	<b>(9.911)</b>	<b>45,5%</b>

### Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa

O resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentou 41,0%, de R\$14.121 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$19.912 milhões em 2011, um aumento de R\$5.791 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido à elevação nos níveis de inadimplência, ao aumento de nossa carteira de crédito e também, desde o quarto trimestre de 2010, à provisão complementar para créditos de liquidação duvidosa, que começou a refletir o modelo de perda esperada adotado na gestão de risco de crédito, com base no conceito amplo de Basileia II, que considera perdas potenciais em crédito rotativo. Este modelo substituiu o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, a qual passa a ser tratada como colchão de capital segundo os preceitos de Basileia III. Devido à implementação deste modelo, antecipamos e complementamos em R\$270 milhões o nível mínimo exigido pela Resolução no. 2.682 do CMN em 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$25.772 milhões. Desse total, R\$20.713 milhões referem-se ao nível mínimo exigido pela Resolução no. 2.682 do CMN e R\$5.058 milhões referem-se à provisão complementar.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação à nossa carteira de crédito equivalia a 7,5% fixos em relação a 31 de dezembro de 2010.

O aumento observado em 2011 nas renegociações de empréstimos baixados anteriormente como prejuízo resultou em elevação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Para essas negociações, provisionamos integralmente o saldo devedor de modo a não gerar qualquer resultado até uma forte indicação de que a recuperação do empréstimo será obtida. Segundo esta prática, nossas despesas de provisão aumentam porque o respectivo crédito já estava vencido, provisionado e reconhecido como prejuízo no passado. O crescimento desta despesa é neutralizado pelo aumento da receita da recuperação de créditos baixados como prejuízo, sem impacto no lucro líquido.

### Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo

Nossa receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 30,4%, de R\$4.210 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$5.488 milhões em 2011, um aumento de R\$1.278 milhões. Nossos maiores esforços de cobrança foram a principal causa desse aumento.

### Resultado bruto da intermediação financeira

Nosso resultado bruto da intermediação financeira diminuiu 5,5%, de R\$34.736 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$32.835 milhões em 2011, uma redução de R\$1.901 milhões causada essencialmente pelo aumento nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de outras receitas (despesas) operacionais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	19.048	17.101	11,4%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização			
	2.714	2.100	29,2%
Despesas de pessoal .....	(13.357)	(12.452)	7,3%
Outras despesas administrativas .....	(14.100)	(13.598)	3,7%
Despesas tributárias .....	(4.092)	(4.168)	(1,8)%
Resultado de participações em coligadas e outros investimentos	40	423	(90,5)%
Outras receitas operacionais .....	393	529	(25,7)%
Outras despesas operacionais .....	(5.192)	(4.415)	17,6%
<b>Total de outras receitas (despesas) operacionais.....</b>	<b>(14.546)</b>	<b>(14.480)</b>	<b>0,4%</b>

### Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Nossas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias aumentaram 11,4%, de R\$17.101 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$19.048 milhões em 2011, um aumento de R\$1.947 milhões.

As receitas de prestação de serviços aumentaram 12,7%, de R\$12.341 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$13.912 milhões em 2011, um aumento de R\$1.571 milhões. Esse aumento está relacionado principalmente ao crescimento de receitas de operações de cartão de crédito, que aumentaram R\$827 milhões, ou 15,7%, de R\$5.284 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$6.111 milhões no mesmo período de 2011, devido principalmente ao maior volume de descontos de fatura para varejistas, ao crescimento do número de clientes de cartão de crédito, ao aumento do uso de cartões de crédito como o método de pagamento em operações comerciais e ao aumento da oferta de linhas de crédito ao consumidor, como antecipação de caixa, oferecidas por nós através dos varejistas. As receitas de ativos administrados aumentaram R\$122 milhões, ou 4,9%, de R\$2.486 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.608 milhões no mesmo período de 2011, devido a um aumento de 11,0% no volume de ativos administrados, que subiu de R\$363.818 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$403.906 milhões em 31 de dezembro de 2011. A receita de fianças e créditos concedidos aumentou 20,7%, de R\$1.460 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.762 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R\$302 milhões. Essa mudança está relacionada a um aumento em nossa atividade operacional. Também registramos um aumento de 18,3%, ou R\$220 milhões, em outras receitas

de prestação de serviços, relacionado essencialmente às receitas mais elevadas da unidade de banco de investimento, em particular as referentes às atividades de assessoria econômica e financeira.

A receita de tarifas bancárias aumentou 7,9%, de R\$4.760 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$5.135 milhões em 2011, um aumento de R\$375 milhões, devido principalmente a receitas com operações de crédito e pacotes de serviços sobre um volume maior de operações.

#### *Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização*

O resultado de operações com seguros, previdência e capitalização aumentou 29,2%, de R\$2.100 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.714 milhões em 2011, um crescimento de R\$614 milhões. O aumento no resultado de operações com seguros, previdência e capitalização deve-se principalmente pelas elevações nos prêmios e contribuições, juntamente com o crescimento no volume de vendas de produtos de seguros.

#### *Despesas de pessoal*

Nossas despesas de pessoal aumentaram 7,3%, de R\$12.452 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$13.357 milhões em 2011, um aumento de R\$905 milhões. Esse aumento das despesas de pessoal é devido principalmente ao impacto do acordo sindical assinado em outubro de 2011, que aumentou em 7,5% a remuneração dos funcionários que recebiam até R\$5.250 por mês, e no maior valor entre (i) 4,29% e (ii) um valor fixo de R\$393,75 por mês para os funcionários que recebiam mais de R\$5.250 por mês. O acordo também estabeleceu um aumento de 7,5% nos benefícios de todos os funcionários. Finalmente, o acordo sindical fechado em setembro de 2011 aumentou a remuneração em 9,0% para todos os funcionários. O acordo estabeleceu também um aumento de 9,0% em benefícios de todos os funcionários. Além disso, uma redução de 3,2% no número de funcionários para o total de 104.542 funcionários em 31 de dezembro de 2011 em comparação a 31 de dezembro de 2010, principalmente devido à redução de pessoal como resultado de iniciativas de reestruturação em nossa unidade de Crédito ao Consumidor, elaborada para integrar sistemas e processos em uma única plataforma a fim de capturar sinergias nessas operações e relacionadas a uma revisão estratégica de determinadas áreas de negócios. Como parte desta revisão, certas posições de nossa Área de Crédito ao Consumidor foram transferidas para os nossos parceiros varejistas.

#### *Outras Despesas Administrativas*

As despesas administrativas aumentaram 3,7% de R\$13.598 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$14.100 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R\$502 milhões. Esse crescimento em outras despesas administrativas foi devido principalmente a despesas relacionadas ao nosso crescimento orgânico, especialmente no segmento de micro, pequenas e médias empresas. Também registramos aumento de despesas relacionadas a maior atividade operacional, especialmente as relacionadas a processamento de dados e comunicação, serviços de terceiros, inclusive marketing, assessoria e consultoria e serviços do sistema financeiro. Além disso, parte de nossas despesas está sujeita a reajuste segundo a inflação acumulada no Brasil, que chegou a 6,5% em 2011, de acordo com o IBGE/IPCA.

#### *Despesas tributárias*

Nossas despesas tributárias diminuíram 1,8%, de R\$4.168 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$4.092 milhões em 2011, uma redução de R\$76 milhões. A redução ocorreu principalmente devido aos resultados do hedge em nossos investimentos em subsidiárias no exterior, com o uso de passivos expressos em moeda estrangeira ou instrumentos derivativos que são dedutíveis para fins de tributação no Brasil.

#### *Resultado de participações em coligadas e outros investimentos*

Nosso resultado de participações em coligadas e outros investimentos diminuiu 90,5%, de R\$423 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$40 milhões em 2011, uma redução de R\$383 milhões, decorrente de um ajuste em nosso investimento no Banco BPI, a fim de refletir o seu valor de mercado com base no preço das ações em 30 de dezembro de 2011.

#### *Outras Receitas Operacionais*

As outras receitas operacionais diminuíram 25,7%, de R\$529 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$393 milhões em 2011, uma redução de R\$136 milhões.

#### *Outras Despesas Operacionais*

As outras despesas operacionais aumentaram 17,6%, de R\$4.415 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$5.192 milhões for 2011, um aumento de R\$777 milhões, principalmente devido a um aumento na provisão para processos cíveis.

### Resultado Operacional

Nosso resultado operacional diminuiu 9,7%, de R\$20.255 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$18.289 milhões para 2011, uma redução de R\$1.966 milhões.

### Resultado Não Operacional

Nosso resultado não operacional aumentou de R\$81 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$191 milhões em 2011, um aumento de R\$110 milhões.

### Resultado Antes da Tributação sobre Lucro e Participação no Lucro

Nosso resultado antes da tributação sobre o lucro e participação no lucro diminuiu 9,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de R\$20.336 milhões para R\$18.481 milhões em 2011, uma redução de R\$1.855 milhões.

### Benefício (Despesa) de Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
		(R\$ milhões)	
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social ....</b>	<b>18.481</b>	<b>20.336</b>	<b>(9,1)%</b>
<b>Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes .....</b>	<b>(7.392)</b>	<b>(8.134)</b>	<b>(9,1)%</b>
<b>Acréscimos (decréscimos) aos encargos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de:</b>			
<b>(Inclusões) exclusões .....</b>	<b>4.537</b>	<b>2.248</b>	<b>101,8%</b>
Variação cambial de investimentos no exterior .....	1.097	(372)	(394,9)%
Juros sobre o capital próprio.....	1.662	1.496	11,1%
Dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais.....	281	298	(5,7)%
Constituição (reversão) de períodos anteriores.....	885	626	41,4%
Outros .....	612	200	205,0%
<b>Total da despesa de imposto de renda e contribuição social .....</b>	<b>(2.855)</b>	<b>(5.886)</b>	<b>(51,5)%</b>

O imposto de renda e a contribuição social diminuíram 51,5%, para uma despesa de R\$2.855 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, comparada a uma despesa de R\$5.886 milhões em 2010. O principal fator que contribuiu para esta redução foi o resultado do hedge em nossos investimentos em subsidiárias no exterior, com o uso de passivos expressos em moeda estrangeira ou instrumentos derivativos que são dedutíveis para fins de tributação no Brasil.

O total do nosso imposto de renda é composto de imposto de renda corrente e imposto diferido. Certos valores de receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável, e, por outro lado, certos valores são receitas tributáveis ou despesas dedutíveis na determinação da nossa tributação sobre o lucro, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como "diferenças permanentes". De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e as perdas cambiais sobre nossos investimentos em controladas no exterior não são tributáveis se representam um ganho, ou não são dedutíveis, se representam perda, elas constituem uma diferença permanente. A partir de uma perspectiva econômica, nós protegemos nossos investimentos em controladas no exterior usando passivos ou instrumentos derivativos expressos em moedas estrangeiras. Os ganhos ou perdas sobre instrumentos derivativos e os ganhos e perdas cambiais sobre passivos expressos em moedas estrangeiras são tributáveis ou dedutíveis de acordo com a legislação tributária brasileira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a depreciação do real frente às moedas estrangeiras com as quais nossas controladas operam geraram perdas que não são dedutíveis segundo a legislação tributária do Brasil. A depreciação do real gerou ganhos tributáveis com instrumentos derivativos utilizados como hedge econômico e ganhos cambiais tributáveis sobre passivos utilizados como hedge econômico.

### *Participação nos Lucros*

A participação nos lucros dos membros da nossa administração diminuiu 26,4%, de R\$261 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$192 milhões em 2011, uma redução de R\$69 milhões.

### *Participação minoritária nas subsidiárias*

Os resultados da participação minoritária nas subsidiárias diminuíram de uma despesa de R\$866 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para uma despesa R\$813 milhões em 2011, uma redução de R\$53 milhões, principalmente como resultado dos ganhos menores com nossa participação minoritária na Redecard S.A. Para informações adicionais, consulte a Nota 16(e) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

## **Resultado das Operações do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 Comparado com o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2009**

### *Apresentação das Informações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010*

Conforme discutido em “Apresentação de Informações Financeiras” e na Nota 22 (I) de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, ajustamos alguns itens referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, para fins comparativos. Esses ajustes estão refletidos nas informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 neste Prospecto e em nossas demonstrações financeiras aqui apresentadas no anexo B, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. No entanto, as informações financeiras apresentadas nesta seção, referentes ao exercício findo em 2009, não refletem esses ajustes.

As comparações dos resultados das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 devem ser lidas juntamente com a Nota 22 (I) de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

### **Destaques**

Em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$13.323 milhões e nosso patrimônio líquido totalizou R\$60.879 milhões. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 24,1% em 2010. Na mesma data, o índice de Basileia, com base no consolidado econômico-financeiro, foi de 15,4%, uma redução de 1,3 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2009, principalmente devido a (i) mudanças nas regras de exigências de capital, que excluíram as provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa do cálculo de capital do Nível 1, e (ii) expansão do crédito. Para mais detalhes sobre o cálculo de nosso capital regulamentar, consulte a Nota 3 às demonstrações contábeis consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, nosso principal desafio foi a finalização da integração das agências do Unibanco e dos postos de serviço em todo o Brasil. Com a conclusão da integração, conseguimos aprimorar nossos processos e, conseqüentemente, ampliar o volume de serviços e aumentar a nossa base de clientes, mantendo a qualidade dos serviços.

Destacamos a melhora na qualidade dos ativos como a principal mudança em nossa situação financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As nossas operações foram positivamente afetadas pela redução da inadimplência, principalmente devido a uma melhora na qualidade da carteira de crédito de pessoas físicas e jurídicas, e um avanço em nossa recuperação de empréstimos anteriormente baixados como prejuízo. Os níveis reduzidos de inadimplência estão associados ao desenvolvimento da economia brasileira, bem como às políticas conservadoras de crédito que adotamos a partir de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de transações de crédito, inclusive avais e fianças, era de R\$333.427 milhões, um aumento de 19,8% se comparado a 31 de dezembro de 2009. O crédito a pessoas físicas aumentou 16,3%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 21,9% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Em 2010, mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de empréstimo em cartão de crédito, financiamento de veículos, crédito imobiliário e crédito para micro, pequenas e médias empresas, sendo que a carteira de crédito para pessoas jurídicas aumentou a uma taxa maior do que para outros segmentos.

Nossos resultados das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparados aos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, refletiram o impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o real valorizou-se 25,5% em relação ao dólar dos EUA. A redução das receitas da intermediação financeira antes de perdas com crédito, devido principalmente a ganhos menores com instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior, resultou em uma diminuição nas despesas relacionadas a imposto de renda e contribuição social.

Em 23 de agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro firmaram um acordo de associação para unificar suas respectivas operações de seguros residenciais e de automóveis. Como consequência dessa associação, os resultados da Porto Seguro foram consolidados proporcionalmente no quarto trimestre de 2009, em vista da participação de 30,0% na Porto Seguro. Dessa forma, as demonstrações contábeis referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 apresentam os efeitos dessa associação e consolidam nossa participação proporcional nos resultados operacionais da Porto Seguro em nossa demonstração consolidada do resultado e a situação financeira em nosso balanço patrimonial consolidado. Essa associação não teve impacto significativo no nosso lucro líquido.

## Lucro Líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação (%)
		(R\$ milhões)	
Receitas da intermediação financeira .....	79.627	76.697	3,8%
Despesas da intermediação financeira .....	(34.979)	(30.581)	14,4%
Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa .....	44.648	46.116	(3,2)%
Resultado de créditos de liquidação duvidosa .....	(9.911)	(14.165)	(30,0)%
Resultado bruto da intermediação financeira .....	34.737	31.950	8,7%
Outras receitas (despesas) operacionais .....	(14.481)	(14.594)	(0,8)%
Receita operacional.....	20.256	17.357	16,7%
Resultado não operacional.....	81	430	(81,2)%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro .....	20.336	17.787	14,3%
Despesa de imposto de renda e contribuição social .....	(5.886)	(6.652)	(11,5)%
Participações no lucro .....	(261)	(205)	27,3%
Participação minoritária nas subsidiárias .....	(866)	(864)	0,2%
<b>Lucro líquido.....</b>	<b>13.323</b>	<b>10.067</b>	<b>32,3%</b>

Em 2010, nosso lucro líquido foi influenciado pelas seguintes transações não recorrentes, apresentadas após impostos: (i) reversão parcial da provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa (receita de R\$1.038 milhão); (ii) o programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais — Lei no. 11.941 (receita de R\$145 milhões); (iii) provisões para contingências relacionadas a processos cíveis originados de planos econômicos (despesa de R\$467 milhões); (iv) provisão para contingências fiscais relacionadas a impostos e previdência social (despesa de R\$380 milhões); e (v) reconhecimento das despesas relacionadas a benefícios pós-emprego (despesa de R\$35 milhões).

### Receitas da Intermediação Financeira

A tabela a seguir mostra os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação (%)
		(R\$ milhões)	
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos .....	51.315	47.477	8,1%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	18.714	23.994	(22,0)%
Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização .....	4.513	4.576	(1,4)%
Resultado de operações de câmbio .....	979	9	n/a
Resultado das aplicações compulsórias .....	4.106	641	540,6%
<b>Total das receitas da intermediação financeira .....</b>	<b>79.627</b>	<b>76.697</b>	<b>3,8%</b>

Nossas receitas da intermediação financeira aumentaram 3,8%, de R\$76.697 milhões em 2009 para R\$79.627 milhões em 2010, um aumento de R\$2.930 milhões. Esse aumento é principalmente decorrente de aumentos na receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, receita de depósitos compulsórios, receita de operações cambiais e, em menor grau, dos resultados de seguros, previdência e capitalização, e foi parcialmente compensado pela redução do resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O aumento na receita de depósitos compulsórios reflete o impacto das novas exigências implementadas pelo Banco Central em 2010, aumentando significativamente o volume de depósitos exigidos. Consulte “Sistema Financeiro Brasileiro e Regulamentação Bancária – Regulamentação do Banco Central.” A redução da receita de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos também reflete a receita associada à nossa estratégia de gestão de riscos e administração de gaps, em especial aqueles relacionados a instrumentos derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior.

### Receita de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Nossa receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentou 8,1%, passando de R\$47.477 milhões em 2009 para R\$51.315 milhões em 2010, um aumento de R\$3.838. Esse aumento está relacionado principalmente ao crescimento do volume de operações de crédito e arrendamento mercantil, especialmente cartão de crédito, financiamento de veículos, crédito imobiliário e crédito a pessoas jurídicas, bem como ganhos sobre operações de crédito e arrendamento mercantil expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

A tabela a seguir apresenta o desempenho das transações de crédito com empréstimos (incluindo avais e fianças) classificadas por tipo de credor (pessoa física e jurídica), compostas mais detalhadamente por tipo de produto para pessoa física e porte do cliente para pessoa jurídica.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação (%)
		(R\$ milhões)	
<b>Pessoa física</b> .....	<b>125.368</b>	<b>107.812</b>	<b>16,3%</b>
Cartão de crédito.....	33.030	29.313	12,7%
Crédito pessoal .....	23.864	20.627	15,7%
Veículos .....	60.118	52.276	15,0%
Crédito imobiliário <sup>(1)</sup> .....	8.067	5.249	53,7%
Crédito rural <sup>(1)</sup> .....	289	348	(17,0)%
<b>Pessoa jurídica<sup>(1)</sup></b> .....	<b>193.663</b>	<b>158.862</b>	<b>21,9%</b>
Grandes empresas.....	115.348	95.832	20,4%
Micro, pequenas e médias empresas.....	78.315	63.030	24,3%
<b>Empréstimos a clientes de controladas localizadas na Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai</b> .....	<b>14.396</b>	<b>11.708</b>	<b>23,0%</b>
<b>Total de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (incluindo avais e fianças)</b> .....	<b>333.427</b>	<b>278.382</b>	<b>19,8%</b>

- (1) Crédito imobiliário e crédito rural estão alocados em crédito a pessoa física ou crédito a pessoa jurídica, conforme apropriado, de acordo com o tipo de cliente. Em 31 de dezembro de 2010, o total da carteira de crédito imobiliário foi de R\$13.257 milhões e o total da carteira de crédito rural foi de R\$5.425 milhões, em comparação com R\$8.510 milhões e R\$5.143 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009.

O saldo total das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, incluindo avais e fianças, foi de R\$333.427 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 19,8% em comparação com o saldo de R\$278.382 milhões em 31 de dezembro de 2009. As operações de crédito a pessoa física totalizaram R\$125.368 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 16,3% em comparação com 31 de dezembro de 2009. O saldo de empréstimos por meio de cartão de crédito aumentou 12,7% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010. O empréstimo de cartão de crédito é uma ferramenta cada vez mais importante para captar novos clientes, especialmente pessoas físicas de baixa renda. O crédito pessoal aumentou 15,7% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, e o financiamento de veículos subiu 15,0% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, nos dois casos, em decorrência principalmente do crescimento global desses mercados no Brasil. O crédito imobiliário a pessoas físicas aumentou 53,7% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, em virtude do ambiente econômico brasileiro favorável. As operações de crédito a pessoa jurídica totalizaram R\$193.663 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 21,9% quando comparado a 31 de dezembro de 2009, impulsionado principalmente por um aumento de 24,3% do crédito para micro, pequenas e médias empresas como parte do nosso aumento estratégico do foco nesses clientes. As operações de crédito a grandes empresas totalizaram R\$115.348 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 20,4% em comparação com 31 de dezembro de 2009, especificamente repasses do BNDES. O saldo das nossas carteiras de crédito na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Paraguai totalizou R\$14.396 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 23,0% em comparação com 31 de dezembro de 2009, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações no exterior e pela valorização do real em relação a várias dessas moedas.

#### *Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos*

Nosso resultado das operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos diminuiu 22,0%, ou R\$5.280 milhões, de R\$23.994 milhões em 2009 para R\$18.714 milhões em 2010. Essa redução no resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos reflete ganhos menores com instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior contra o impacto da variação cambial. Em 2009, também aproveitamos as oportunidades de mercado decorrentes da volatilidade e das oscilações nas taxas de juros, que contribuíram para um aumento da receita do período. Por outro lado, em 2010, não identificamos as mesmas condições de mercado.

#### *Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização*

Nossas receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização diminuíram 1,4%, ou R\$63 milhões, de R\$4.576 milhões em 2009 para R\$4.513 milhões em 2010, devido principalmente à variação das taxas médias de juros de um período para outro.

#### *Resultado de Operações de Câmbio*

O resultado de operações de câmbio aumentou R\$970 milhões, de R\$9 milhões em 2009 para R\$979 milhões em 2010, devido a ganhos relacionados com negociações em moedas estrangeiras.

### Resultado das Aplicações Compulsórias

Nosso resultado das aplicações compulsórias aumentou R\$3.465 milhões, de R\$641 milhões em 2009 para R\$4.106 milhões em 2010. As exigências regulatórias relacionadas a depósitos compulsórios mudaram em 2010, o que aumentou significativamente o volume de depósitos exigidos, afetando, conseqüentemente, o resultado das aplicações compulsórias. Em 31 de dezembro de 2010, os depósitos compulsórios totalizaram R\$85.776 milhões em comparação a R\$13.869 milhões em 31 de dezembro de 2009, dos quais R\$81.034 milhões e R\$9.827 milhões, respectivamente, referiam-se a depósitos remunerados. Consulte “Sistema Financeiro Brasileiro e Regulamentação Bancária — Exigências de Reservas”.

### Despesas da Intermediação Financeira

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira em 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição(%)
	(R\$ milhões)		
Operações de captação no mercado .....	30.082	26.297	14,4%
Despesas financeiras de provisões técnicas de previdência e capitalização .....	3.928	3.992	(1,6)%
Operações de empréstimos e repasses .....	969	292	231,8%
<b>Total de despesas da intermediação financeira .....</b>	<b>34.979</b>	<b>30.581</b>	<b>14,4%</b>

As despesas da intermediação financeira aumentaram 14,4%, de R\$30.581 milhões em 2009 para R\$34.979 milhões em 2010, um aumento de R\$4.398 milhões, decorrente principalmente do aumento das despesas de operações de captação no mercado, conforme discutido abaixo.

#### Despesas de Operações de Captação no Mercado

Nossas despesas de operações de captação no mercado aberto aumentaram 14,4%, de R\$26.297 milhões em 2009 para R\$30.082 milhões em 2010, um aumento de R\$3.785 milhões. Esta elevação deve-se principalmente ao aumento de R\$67.706 milhões, ou 51,3%, em depósitos vinculados a compromisso de recompra, ao aumento da taxa SELIC de 8,75% para 10,75% e também reflete o impacto da variação cambial sobre passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

#### Despesas de Provisões Técnicas para Planos de Previdência e Capitalização

As despesas de provisões técnicas para planos de previdência e capitalização diminuíram 1,6%, de R\$3.992 milhões em 2009 para R\$3.928 milhões em 2010, uma redução de R\$64 milhões devido principalmente à mudança na base de consolidação da Porto Seguro S.A. que passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial em 2010.

#### Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Nossas despesas com operações de empréstimos e repasses aumentaram de R\$292 milhões em 2009 para R\$969 milhões em 2010, um aumento de R\$677 milhões, decorrente principalmente do aumento de R\$12.720 milhões em empréstimos e repasses, do impacto das variações cambiais sobre empréstimos e repasses expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

### Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa

Nosso resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa diminuiu 3,2%, de R\$46.116 milhões em 2009 para R\$44.648 milhões em 2010, uma redução de R\$1.468 milhão, principalmente em razão dos fatores descritos acima em “Receitas da Intermediação Financeira” e “Despesas da Intermediação Financeira”.

### Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa

O resultado de créditos de liquidação duvidosa diminuiu 30,0%, de R\$14.165 milhões em 2009 para R\$9.911 milhões em 2010, uma redução de R\$4.254 milhões. A tabela a seguir descreve os principais componentes do nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa em 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa..	(14.121)	(16.399)	(13,9)%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo .....	4.210	2.234	88,5%
<b>Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa .....</b>	<b>(9.911)</b>	<b>(14.165)</b>	<b>(30,0)%</b>

### Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa

O resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa diminuiu 13,9% de R\$ 16.399 milhões em 2009 para R\$ 14.121 milhões em 2010, uma redução de R\$ 2.278 milhões. Durante o ano de 2010, a qualidade dos ativos da nossa carteira de crédito melhorou significativamente em comparação com o ano anterior. Em 2009, os efeitos adversos da crise financeira e econômica internacional espalharam-se entre os setores e resultaram no aumento de risco relacionado com certas carteiras de crédito. Na época, os níveis de inadimplência aumentaram para pessoas físicas e jurídicas em geral, refletindo essas condições de mercado adversas. Entretanto, em 2009 o governo brasileiro adotou pacotes de incentivos fiscais para estimular o consumo e melhorar os níveis gerais de atividade econômica, que contribuíram para a rápida melhora da qualidade de crédito. O governo brasileiro manteve esses incentivos até o final do primeiro trimestre de 2010.

Em 31 de dezembro de 2009, após uma reversão de R\$1.687 milhão, a provisão para créditos de liquidação duvidosa adicional ao mínimo exigido pelo Banco Central totalizou R\$6.104 milhões. Essa reversão foi resultado dos níveis de provisões indicados pelos nossos modelos de crédito considerando o desempenho da nossa carteira de crédito, que sofreu o impacto da crise econômica internacional.

No último trimestre de 2010, a provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa passou a refletir o modelo de perda esperada adotado na gestão do risco de crédito da instituição, baseado em Basileia II, que considera inclusive as perdas potenciais para linhas de créditos rotativos. Esse modelo substitui o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, a qual passa a ser tratada como colchão de capital segundo os preceitos de Basileia III. A adoção desse modelo resultou na reversão de provisão no valor R\$1.573 milhões no quarto trimestre de 2010, que gerou uma provisão adicional ao mínimo exigido pelo Banco Central de R\$4.531 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi equivalente a 7,5% da nossa carteira de crédito em comparação com 9,8% em 31 de dezembro de 2009.

#### Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo

Nossa receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 88,5%, de R\$2.234 milhões em 2009 para R\$4.210 milhões em 2010, um aumento de R\$1.976 milhão. Um ambiente econômico melhor e nossos maiores esforços de cobrança em 2010 foram as principais causas desse aumento.

#### Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou 8,7%, de R\$31.950 milhões em 2009 para R\$34.737 milhões em 2010, um aumento de R\$2.78 milhões.

#### Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de outras receitas (despesas) operacionais referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

#### Exercício findo em 31 de dezembro

	2010	2009	Variação(%)
	(R\$ milhões)		
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias .....	17.101	15.172	12,7%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização.....	2.100	2.432	(13,7)%
Despesas de pessoal .....	(12.452)	(12.092)	3,0%
Outras despesas administrativas .....	(13.598)	(11.593)	17,3%
Despesas tributárias .....	(4.168)	(4.238)	(1,7)%
Resultado de participações em coligadas e outros investimentos.....	423	209	102,4%
Outras receitas operacionais .....	529	808	(34,5)%
Outras despesas operacionais .....	(4.415)	(5.292)	(16,6)%
<b>Total de outras receitas (despesas) operacionais .....</b>	<b>(14.481)</b>	<b>(14.594)</b>	<b>(0,8)%</b>

#### Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Nossas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias aumentaram 12,7%, de R\$15.172 milhões em 2009 para R\$17.101 milhões em 2010, um aumento de R\$1.929 milhão.

As receitas de prestação de serviços reduziram-se em 0,5%, de R\$12.400 milhões em 2009 para R\$12.341 milhões em 2010, redução de R\$59 milhões. Essa redução foi devida, principalmente, aos ajustes discutidos acima referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Desconsiderando-se esses ajustes, houve um crescimento de R\$ 843 milhões, devido, em grande parte, ao aumento das rendas de transações de cartões de crédito, devido, principalmente, ao aumento do uso das linhas de crédito, como antecipações de recebíveis oferecidos por nós através dos varejistas. As receitas de ativos administrados aumentaram 10,5%, de R\$2.249 milhões em 2009 para R\$2.486 milhões em 2010, um aumento de R\$237 milhões, devido ao aumento de 9,0% no volume de ativos administrados, que aumentou de R\$333.869 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$363.818 milhões em 31 de dezembro de 2010. Fianças e crédito concedidos aumentaram 10,4% de R\$1.323 milhões em 2009 para R\$1.460 milhões em 2010, um aumento de R\$ 137 milhões. Essa mudança está relacionada a um aumento em nossa atividade operacional e a um ambiente econômico mais favorável para concessão de crédito. Também tivemos um recuo de 13,8%, ou R\$ 192 milhões, em outras receitas de prestação de serviço. Essa redução foi principalmente devida aos ajustes discutidos em “Apresentação das Informações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Desconsiderando-se esses ajustes, houve um aumento de R\$334 milhões relacionado principalmente à retomada do nosso banco de investimento e às atividades de consultoria econômica e financeira após um período de menor atividade que seguiu a crise financeira internacional, que impactou negativamente a nossa performance em 2009.

As receitas de tarifas bancárias evoluíram 71,7%, ou R\$2.772 milhões em 2009 para R\$4.760 milhões em 2010, um aumento de R\$1.988 milhões (ou um aumento de R\$438 milhões antes dos efeitos dos ajustes discutidos anteriormente nesse item referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010). O aumento é devido principalmente às receitas com operações de crédito e pacotes de serviços sobre um volume maior de operações.

#### *Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização*

O resultado de operações com seguros, previdência e capitalização diminuiu 13,7%, de R\$2.432 milhões em 2009 para R\$2.100 milhões em 2010, uma redução de R\$332 milhões (ou um aumento de R\$226 milhões antes dos efeitos dos ajustes discutidos anteriormente nesse item referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010). A redução do resultado de operações com seguros, previdência e capitalização foi afetado pela mudança na base de consolidação para a Porto Seguro S.A. que passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial em 2010.

#### *Despesas de Pessoal*

Nossas despesas de pessoal aumentaram 3,0%, de R\$12.092 milhões em 2009 para R\$12.452 milhões em 2010, um crescimento de R\$360 milhões. Esse aumento das despesas de pessoal é devido principalmente ao impacto do acordo sindical assinado em setembro de 2009, que gerou um aumento de 6,0% na remuneração e nos benefícios aos nossos funcionários. Além disso, tivemos um aumento de 6,3% no número de funcionários para um total de 108.040 funcionários em 31 de dezembro de 2010 em decorrência do nosso crescimento orgânico, especialmente nos segmentos de micro, pequenas e médias empresas e de crédito ao consumidor. Finalmente, o acordo sindical fechado em setembro de 2010 aumentou a remuneração em 7,5% para funcionários que ganham até R\$5.250 por mês, e em (i) 4,29% ou (ii) um valor fixo de R\$393,75 por mês, das duas opções a maior, para empregados que ganham acima de R\$5.250 por mês. O acordo estabeleceu, também, um aumento de 7,5% nos benefícios para todos os funcionários.

#### *Outras Despesas Administrativas*

As outras despesas administrativas aumentaram 17,3%, de R\$11.593 milhões em 2009 para R\$13.598 milhões em 2010, um aumento de R\$2.005 milhões. Esse crescimento em outras despesas administrativas foi devido principalmente a despesas relacionadas com a migração de agências do Unibanco para a plataforma Itaú e ao nosso crescimento orgânico, especialmente no segmento de micro, pequenas e médias empresas. Além disso, registramos aumento de despesas relacionadas a uma maior atividade operacional, especialmente aquelas relacionadas com processamento de dados, comunicação e manutenção, assim como com despesas de marketing e propaganda relacionadas com a Copa do Mundo de futebol e com as novas campanhas de marketing institucional.

#### *Despesas Tributárias*

Nossas despesas tributárias aumentaram 1,7%, de R\$4.238 milhões em 2009 para R\$4.168 milhões em 2010, um aumento de R\$70 milhões. Esse crescimento das despesas tributárias é devido principalmente ao aumento da atividade operacional.

#### *Resultado de Participações em Coligadas e Outros Investimentos*

Nosso resultado de participações em coligadas e outros investimentos aumentou 102,4%, de R\$209 milhões em 2009 para R\$423 milhões em 2010, um aumento de R\$214 milhões (ou um aumento de R\$15 milhões antes dos efeitos dos ajustes discutidos anteriormente nesse item referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010), decorrente de um aumento nos dividendos recebidos de outros investimentos.

### Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais diminuíram 34,5%, de R\$808 milhões em 2009 para R\$529 milhões em 2010, uma diminuição de R\$279 milhões, relacionada principalmente com o impacto da reversão de provisões para ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) em 2009, no valor de R\$354 milhões.

### Outras Despesas Operacionais

Nossas outras despesas operacionais diminuíram 16,6%, de R\$5.292 milhões em 2009 para R\$4.415 milhões em 2010, uma diminuição de R\$877 milhões. Em 2009, ocorreram certos eventos, tais como a aquisição de participação societária na Redecard S.A. ("Redecard"), que acarretou despesas de amortização de ágio de R\$557 milhões, e uma despesa de R\$550 milhões relacionada à renegociação de contrato com a Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") referente ao empreendimento conjunto ("joint venture") Financeira Itaú CBD S.A., Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") para liberar a Itaú Unibanco Holding de suas obrigações de exclusividade.

### Resultado Operacional

Nosso resultado operacional aumentou 16,7%, de R\$17.357 milhões em 2009 para R\$20.255 milhões em 2010, um aumento de R\$2.898 milhões.

### Resultado Não Operacional

Nosso resultado não operacional diminuiu de R\$430 milhões em 2009 para R\$81 milhões em 2010, uma diminuição de R\$349 milhões. Durante 2009, ocorreram certos eventos não recorrentes, tais como a alienação de todas as nossas ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento — Visanet ("Visanet") e na Visa Inc. ("Visa"), que levou a uma receita a R\$ 345 milhões.

### Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações no lucro

Nosso resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro aumentou 14,3%, de R\$17.787 milhões em 2009 para R\$20.336 milhões em 2010, um aumento de R\$2.549 milhões.

### Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa despesa de imposto de renda e contribuição social em 2010 em comparação com a de 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação (%)
		(R\$ milhões)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....	20.336	17.787	14,3%
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(8.134)	(7.115)	14,3%
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de:			
(Inclusões) exclusões.....	2.249	463	385,5%
Variação cambial de investimentos no exterior.....	(372)	(2.034)	(81,7)%
Juros sobre o capital próprio.....	1.496	1.478	1,2%
Dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais....	298	465	(35,9)%
Constituição (reversão) de períodos anteriores.....	626	650	(3,7)%
Outros	201	(96)	(309,4)%
<b>Total da despesa de imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>(5.886)</b>	<b>(6.652)</b>	<b>(11,5)%</b>

A despesa de imposto de renda e contribuição social diminuiu 11,5%, de uma despesa de R\$6.652 milhões em 2009 para uma despesa de R\$5.886 milhões em 2010. Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram: (i) o efeito das taxas de câmbio sobre nossos investimentos em controladas no exterior, que resultou em uma despesa de R\$372 milhões em 2010, em comparação a uma despesa de R\$2.034 milhões em 2009; e (ii) dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais de R\$298 milhões em 2010, uma redução de 35,9%, ou R\$167 milhões, quando comparada a 2009.

O total do imposto de renda é composto de imposto de renda corrente e imposto diferido. Certos valores de receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável, e, por outro lado, certos valores são receitas tributáveis ou despesas dedutíveis na determinação da nossa tributação sobre o lucro, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como "diferenças permanentes". De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e as perdas cambiais sobre nossos investimentos em controladas no exterior não são tributáveis, no caso de ganho, e não são dedutíveis, no caso de perda, e são diferenças permanentes. A partir de uma perspectiva econômica, nós protegemos nossos investimentos em controladas no exterior usando passivos ou instrumentos derivativos expressos em moedas estrangeiras. Os ganhos e perdas sobre instrumentos derivativos e os ganhos e perdas cambiais sobre passivos expressos em moedas estrangeiras são tributáveis ou dedutíveis de acordo com a legislação tributária brasileira. Em 2010, tivemos uma valorização do real em relação às moedas estrangeiras com as quais operam nossas controladas, o que gerou perdas não dedutíveis para fins fiscais. A valorização do real gerou ganhos tributáveis nos

instrumentos derivativos utilizados como hedge econômico e ganhos dedutíveis de variação cambial sobre os passivos também utilizados para fazer o hedge econômico.

#### *Participações no Lucro*

A participação no lucro dos membros da nossa administração aumentou 27,3%, de R\$205 milhões em 2009 para R\$261 milhões em 2010, um aumento de R\$57 milhões. Esse crescimento foi principalmente uma consequência dos melhores resultados das operações em 2010 em comparação com os de 2009.

#### *Participação Minoritária nas Subsidiárias*

Os resultados da participação minoritária nas subsidiárias aumentaram de uma despesa de R\$864 milhões em 2009 para uma despesa de R\$866 milhões em 2010, um aumento de R\$2 milhões. Esse aumento deve-se principalmente aos melhores resultados das nossas subsidiárias em 2010. Para informações adicionais, consulte a Nota 16(e) às demonstrações contábeis consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

- b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*
- c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro*

Não houve variações significativas no resultado atribuíveis a modificação de preços de nossos principais insumos e produtos, taxas de câmbio e inflação para os períodos considerados (2011, 2010 e 2009).

O risco de mercado é possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gap estrutural, composto por operações comerciais e os respectivos instrumentos financeiros associados, tem se mantido, historicamente, estável e com pequenas oscilações por ser composto principalmente pelos ativos e passivos de nossas atividades de varejo e derivativos usados como hedge contra o risco de mercado dessas operações.

O Value at Risk (VaR) do consolidado manteve-se em patamares maiores ao longo do ano de 2011 na comparação com o período anterior, o que pode ser verificado no VaR Global Médio. Uma gestão conservadora e de uma eficiente e significativa diversificação do portfólio manteve os indicadores em bons patamares apesar das incertezas do mercado internacional no período e de seu impacto nos mercados internos. Essa permite que as áreas de negócio mantenham uma exposição total ao risco de mercado reduzido quando comparada ao seu capital.

Adicionalmente, adotamos uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançarmos essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Nossa estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos a não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados.

Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

A Margem Financeira com o Mercado, advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições proprietárias, da atividade de gestão de gaps de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (mark to market) de ativos financeiros, totalizou R\$ 3.785 milhões em 2011, R\$ 4.029 milhões em 2010 e R\$ 5.621 milhões em 2009. A redução de 6,1% da margem financeira com o mercado de 2011 em relação a 2010 foi provocada pelo menor resultado em posições proprietárias.

No ano de 2010, observamos uma redução de 28,3% da margem financeira com o mercado em relação a 2009 pelo menor resultado em posições cambiais e de renda variável.

No ano de 2009, observamos um acréscimo de R\$ 4.034 milhões em relação ao ano anterior, basicamente pelo desempenho favorável da tesouraria, em função do aproveitamento das oportunidades de mercado em um ambiente de maior volatilidade.

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, o Itaú Unibanco realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o conglomerado estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do Itaú Unibanco em derivativos em cenários excepcionais.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464 do CMN, de 26 de junho de 2007, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos

financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação e carteira de não negociação. A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

As análises de sensibilidade, aqui apresentadas, são uma avaliação estática de exposição do portfólio e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, com horizonte de investimentos de curto prazo, destinadas a hedge de outros instrumentos desta carteira ou trava de resultados de arbitragem.

R\$ milhões

Carteira Trading	Exposições	31/12/2011 (*)			31/12/2010 (*)		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(1)	(28)	(55)	(1)	(20)	(40)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	0	(6)	(13)	0	(2)	(4)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(7)	(187)	(374)	(1)	(28)	(55)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(0)	(4)	(8)	(0)	(3)	(6)
TR	Taxa do cupom de TR	0	(9)	(19)	(0)	(0)	(0)
Renda Variável	Preço de ações	1	(13)	(26)	4	(101)	(201)
<b>Total sem correlação</b>		<b>(8)</b>	<b>(248)</b>	<b>(495)</b>	<b>2.419</b>	<b>(162)</b>	<b>(325)</b>
<b>Total com correlação</b>		<b>(6)</b>	<b>(179)</b>	<b>(357)</b>	<b>1.603</b>	<b>(108)</b>	<b>(215)</b>

(\*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações com horizonte de investimento de médio e longo prazos e seus respectivos hedges e as destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

R\$ milhões

Carteira Trading e Banking	Exposições	31/12/2011 (*)			31/12/2010 (*)		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III	I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(4)	(108)	(216)	(4)	(91)	(181)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1)	(26)	(52)	(2)	(45)	(90)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(2)	(49)	(98)	2	(53)	(105)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(1)	(25)	(50)	(1)	(14)	(29)
TR	Taxa do cupom de TR	(3)	(82)	(160)	(0)	(0)	(0)
Renda Variável	Preço de ações	1	(35)	(69)	4	(110)	(219)
<b>Total sem correlação</b>		<b>(10)</b>	<b>(326)</b>	<b>(646)</b>	<b>(848)</b>	<b>(344)</b>	<b>(684)</b>
<b>Total com correlação</b>		<b>(7)</b>	<b>(235)</b>	<b>(466)</b>	<b>(562)</b>	<b>(228)</b>	<b>(453)</b>

(\*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc).

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

O Balanço Patrimonial por Moedas evidencia os saldos patrimoniais vinculados à moeda nacional e às moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a posição cambial líquida, incluindo investimentos no exterior, é passiva, totalizando US\$ 8.313 milhões. Deve-se salientar que a política de gestão de gaps que adotamos é efetuada considerando os efeitos fiscais sobre essa posição. Como o resultado de variação cambial sobre o investimento no exterior não é tributado,

constituímos um hedge (posição passiva em derivativos cambiais) de maior volume do que o ativo protegido, de forma que o resultado da exposição cambial total, líquido dos efeitos fiscais, é praticamente nulo e condizente com a estratégia de baixa exposição ao risco adotada por nós.

R\$ milhões

	31/dez/11				
	Negócios no Brasil				
	Consolidado	Total	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Negócios no Exterior
Disponibilidades	10.633	6.141	5.668	472	4.595
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	116.082	98.442	97.522	920	17.685
Títulos e Valores Mobiliários	187.880	170.876	170.613	263	48.914
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	319.711	270.632	260.352	10.280	61.078
Operações com características de Concessão de Crédito (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	345.483 (25.772)	295.717 (25.085)	285.437 (25.085)	10.280 -	61.764 (686)
Outros Ativos	205.116	192.282	178.796	13.486	28.920
Carteira de Câmbio	26.450	18.137	5.817	12.320	24.097
Outros	178.666	174.144	172.978	1.166	4.822
Permanente	11.909	37.635	10.957	26.678	952
<b>Total do Ativo</b>	<b>851.331</b>	<b>776.008</b>	<b>723.909</b>	<b>52.099</b>	<b>162.143</b>
Derivativos - posição comprada				52.858	
<b>Total do Ativo (a)</b>				<b>104.957</b>	

	31/dez/11				
	Negócios no Brasil				
	Consolidado	Total	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Negócios no Exterior
Depósitos	242.636	186.072	185.889	183	58.883
Captações no Mercado Aberto	188.819	181.414	181.414	0	7.405
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.557	64.502	34.601	29.901	16.509
Obrigações por Empréstimos e Repasses	56.602	51.895	38.152	13.742	16.697
Relações Interdependências e Interfinanceiras	4.048	3.919	2.006	1.913	129
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.807	4.827	4.827	0	2.422
Outras obrigações	152.785	136.144	125.782	10.362	33.321
Carteira de Câmbio	26.182	17.880	7.910	9.970	24.086
Outras	126.603	118.263	117.872	392	9.234
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	73.754	73.739	72.626	1.112	16
Resultados de Exercícios Futuros	836	752	517	235	84
Participações Minoritárias nas Subordinadas	2.139	1.398	1.398	-	-
Patrimônio Líquido da Controladora	71.347	71.347	71.347	-	26.678
Capital Social e Reservas	56.727	56.727	56.727	-	24.489
Resultado do Período	14.621	14.621	14.621	-	2.188
<b>Total do Passivo</b>	<b>851.331</b>	<b>776.008</b>	<b>718.559</b>	<b>57.448</b>	<b>162.143</b>
Derivativos - posição vendida				62.924	
<b>Total do Passivo Ajustado (b)</b>				<b>120.373</b>	
<b>Posição Cambial Líquida Itaú Unibanco (c = a - b)</b>				<b>(15.416)</b>	
<b>Posição Cambial Líquida Itaú Unibanco (c) em US\$</b>				<b>(8.313)</b>	

### 10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

#### a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os segmentos operacionais do Itaú Unibanco são os seguintes:

- Banco Comercial, que tem os resultados obtidos a partir da oferta de produtos financeiros e prestação de serviços bancários à base de clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, com patrimônio expressivo (*private bank*), bem como às pequenas e médias empresas;
- Itaú BBA, que é responsável pelas operações bancárias com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento;
- Crédito ao Consumidor, que apresenta o resultado dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes não correntistas;
- Atividade com o mercado + Corporação, que representa a margem financeira com o mercado, os custos associados às operações de tesouraria, os resultados associados ao excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada, ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, à reversão de provisão adicional para créditos de liquidação

duvidosa, ao resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos bem como o ajuste referente às participações minoritárias nas subsidiárias.

O Itaú Unibanco não introduziu ou alienou segmento operacional nos anos de 2011, 2010 ou 2009.

*b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária<sup>1</sup>*

## 2012

### **Oferta Pública de aquisição de Ações da Redecard**

Em 07 de fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco Holding anunciou sua intenção de adquirir, diretamente ou por meio de suas controladas, as ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A. ("REDECARD"), por meio de oferta pública unificada ("OPA"), visando (i) o cancelamento de autorização da REDECARD como uma empresa de capital aberto registrada na CVM e (ii) a saída da REDECARD do segmento de listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&F BOVESPA.

A OPA será destinada a 336.390.251 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 49,9859% do seu capital social total. O preço máximo a ser ofertado será de R\$35,00 (trinta e cinco reais) por ação, a ser pago em moeda corrente nacional. O Banco Itaú BBA S.A. atuará como assessor e instituição intermediária da OPA, cuja conclusão se sujeitará à aprovação dos órgãos reguladores.

## 2011

### **Banco Carrefour**

Em 14 de abril de 2011 o Itaú Unibanco, uma controlada do Itaú Unibanco Holding, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R\$ 725 milhões. O Banco Carrefour é a entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil e que, em 14 de abril de 2011, possuía 163 hipermercados e supermercados e canais eletrônicos relacionados, contando, em 31 de dezembro de 2010, com uma base de 7,7 milhões de contas e carteira de crédito (valor bruto) no valor de R\$ 2.254 milhões. A conclusão da operação está sujeita à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

## 2010

Não há operações materiais a reportar.

## 2009

### **Prorrogação do acordo com Magazine Luiza**

O Magazine Luiza e o Itaú Unibanco concluíram, em 27 de novembro, negociação referente à extensão do prazo da exclusividade até 31 de dezembro de 2029. A associação contempla a distribuição de produtos de crédito pela Luizacred, financeira detida em iguais proporções pelo Magazine Luiza e pelo Itaú Unibanco, em todas as lojas físicas e virtuais detidas ou operadas pelo Magazine Luiza, direta ou indiretamente, bem como centrais de atendimento telefônico, internet, *mailing* ou quaisquer outros pontos ou formas de contato entre o Magazine Luiza e seus clientes. O valor da transação foi de R\$ 250 milhões.

### **Alienação da Unibanco Saúde Seguradora para a Tempo Participações**

O Itaú Unibanco, Itaú Seguros e uma sociedade controlada pela Tempo Participações, firmaram, em 16 de dezembro, Contrato de Compra e Venda de Ações visando à transferência da totalidade do capital social da Unibanco Saúde Seguradora detida pelo Itaú Unibanco e pela Itaú Seguros. Com a realização dessa operação, buscamos ampliar o foco estratégico de nossa atividade seguradora, concentrando nossa operação nos segmentos em que ocupamos posições de liderança. O valor da transação foi de R\$ 55 milhões. Em função do desempenho futuro da operação da Unibanco Saúde Seguradora nos doze meses seguintes ao fechamento da operação, o Itaú Unibanco fez jus a um pagamento adicional de aproximadamente R\$45 milhões. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a operação em 1º de abril de 2010. O fechamento da operação ocorreu em 29 de abril de 2010.

### **Alteração do acordo de associação da FIC**

A Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) e o Itaú Unibanco concluíram, em 28 de agosto, negociação referente à empresa Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (FIC). O acordo que deu origem à FIC foi alterado, retirando-se a obrigação de exclusividade do Itaú Unibanco (obrigação de não manter parcerias semelhantes com concorrentes da CBD). Em contrapartida, o Itaú Unibanco pagou ao Grupo Pão de Açúcar o montante de R\$ 550 milhões. Na

mesma ocasião, foi estendida, pelo prazo adicional de cinco anos, a exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros concedida pela CBD à FIC, razão pela qual o Itaú Unibanco pagou R\$ 50 milhões ao Grupo Pão de Açúcar.

### Associação com Porto Seguro

Em 23 de agosto, o Itaú Unibanco e a Porto Seguro celebraram associação visando unificar suas operações de seguros residenciais e de automóveis. Com essa operação, milhões de clientes da Porto Seguro e do Itaú Unibanco passaram a contar com o que há de mais completo no mercado brasileiro de seguros, em especial, com uma extensa rede de Corretores de Seguros que podem oferecer uma gama diversificada de produtos e serviços por meio das diversas empresas que passam a compor o grupo, ampliando suas possibilidades de escolha.

A partir desta associação a empresa adquire maior solidez financeira, ocupando posição de liderança em seguros nos ramos de automóvel e residência, com 3,4 milhões de automóveis e 1,2 milhão de imóveis segurados na época em que foi firmada a associação, reforçando nossa estratégia de liderança na maioria dos mercados em que atuamos. Além disso, a associação possibilita a obtenção de ganhos de escala e sinergias de custos, bem como traz maior presença geográfica. Para tanto, foi assinado um acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis aos clientes da rede Itaú Unibanco, no Brasil e no Uruguai.

A totalidade de ativos e passivos relacionados à carteira de seguros residenciais e de automóveis do Itaú Unibanco existentes na época foi transferida para uma nova companhia, a Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. Essa companhia passou a ser gerida pela Porto Seguro e os executivos e colaboradores do Itaú Unibanco que atuavam na área de seguros de automóvel e residência foram alocados na nova empresa, ampliando a expertise e a qualidade na gestão de seguros. Em contrapartida, a Porto Seguro emitiu ações representativas de 30% de seu novo capital social, as quais foram entregues ao Itaú Unibanco e aportadas na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., nova sociedade *holding* controladora da Porto Seguro, de forma que o Itaú Unibanco passou a deter participação minoritária correspondente a aproximadamente 43% do capital social da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

### Redecard

Em 30 de março, o Itaú Unibanco adquiriu 24.082.760 ações ordinárias nominativas da Redecard pelo valor de R\$ 590 milhões, apurando um ágio de R\$ 557 milhões que, líquido de impostos, totalizou R\$ 506 milhões, amortizado integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em função desta operação, o Itaú Unibanco passou a deter o controle acionário da Redecard, que passou a ser consolidada integralmente nas Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco a partir do 1º trimestre de 2009.

#### c) eventos ou operações não usuais

Nos anos de 2011, 2010 e 2009 observamos a ocorrência dos seguintes eventos não recorrentes líquidos de efeitos fiscais no lucro líquido consolidado do Itaú Unibanco:

	R\$ milhões		
	<b>Itaú Unibanco Consolidado</b>		
	2011	2010	2009
	<b>14.641</b>	<b>13.023</b>	<b>10.491</b>
<b>Efeitos não Recorrentes</b>	<b>(20)</b>	<b>300</b>	<b>(424)</b>
Reversão Parcial da Provisão Adicional para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	1.038	-
Contingências Fiscais	-	(380)	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	509	145	292
Ajuste a Valor de Mercado - BPI	(244)	-	-
Provisão para Contingências - Planos Econômicos	(285)	(467)	(191)
Benefícios a Empregados - Pronunciamento Técnico CPC 33	-	(35)	-
Alienação de Investimentos	-	-	228
Amortização de Ágios	-	-	(753)
Outros efeitos não Recorrentes	-	-	-
<b>Lucro Líquido</b>	<b>14.621</b>	<b>13.323</b>	<b>10.067</b>

### 10.4. Os diretores devem comentar:

#### a) mudanças significativas nas práticas contábeis

##### 2011

Os eventos subseqüentes, a partir de 2011, passaram a ser reconhecidos de acordo com a Resolução nº 3.973/11 do Banco Central do Brasil.

As Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a partir de 2011, passaram a ser reconhecidas de acordo com a Resolução nº 4.007/11 do Banco Central do Brasil.

**2010**

As práticas contábeis em relação a benefícios a empregados, a partir de 2010, passaram a ser reconhecidas considerando a Deliberação nº 600, de 07/10/2009 da CVM.

**2009**

Não houve alterações relevantes em práticas contábeis do emissor.

**b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Apresentamos a seguir os efeitos significativos promovidas nas práticas contábeis:

- A partir de julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com a Carta Circular No. 3.516/11 do Banco Central do Brasil, deixou de constituir provisão excedente (no passivo) ao dividendo mínimo obrigatório.
- A partir de 31 de dezembro 2010, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com a Deliberação CVM Nº 600/09, passou a reconhecer como ativos a diferença, quando positiva, do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais, considerando o limite de um ativo de benefício definido.

**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalva e ênfase nos pareceres do auditor para os anos de 2009, 2010 e 2011.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

**Geral**

Nossas principais políticas contábeis estão descritas na Nota 4 de nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes às datas base e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. A elaboração de demonstrações financeiras envolve certas premissas derivadas das experiência histórica e de vários outros fatores que consideramos razoáveis e relevantes. Embora analisemos essas estimativas e premissas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e resultados operacionais muitas vezes exigem que nossa administração faça julgamentos sobre assuntos que são incertos por natureza. A discussão a seguir descreve as áreas que requerem mais julgamento ou envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação das políticas contábeis que afetam, no momento, nossa situação financeira e resultado operacional.

**Uso de Estimativas e Premissas**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos, e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, bem como os valores de receitas e despesas durante os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são utilizadas, por exemplo, para o cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa, para a seleção da vida útil de certos ativos, para a determinação de se um ativo específico ou um grupo de ativos sofreu redução de valor recuperável, para a determinação da expectativa de realização dos créditos tributários, para a determinação do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, para a classificação e cálculo de passivos contingentes e para a determinação do valor das provisões técnicas de seguros, previdência privada e capitalização. As estimativas contábeis realizadas nesses contextos requerem que a administração adote premissas sobre questões que envolvem algum grau de incerteza. Em todos os casos, se a administração tiver feito outras estimativas, ou se ocorrerem alterações nessas estimativas de um período para outro, elas poderão ter impacto significativo em nossa situação financeira e nos resultados operacionais. Consequentemente, os resultados reais podem diferir de nossas estimativas.

**Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa nossa estimativa de perdas prováveis em nossa carteira de crédito e arrendamento mercantil ao final de cada período apresentado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada levando em consideração a classificação dos créditos de liquidação duvidosa em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). Consulte "Informações Estatísticas Seleccionadas – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil – Classificação da Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil". A classificação dos níveis de risco é um julgamento que considera a situação política e econômica, as tendências na qualidade do crédito, a experiência passada e os riscos globais e específicos da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central e da CMN. As regras do CMN especificam um provisão

mínima para créditos de liquidação duvidosa e outros tipos de crédito em cada categoria da classificação que vai de zero por cento (no caso de um crédito que não esteja em atraso) a 100% (em caso de qualquer crédito que esteja com mais de 180 dias de atraso). Além de reconhecer as provisões para créditos de liquidação duvidosa de acordo com as exigências mínimas do CMN, também reconhecemos uma provisão que identificamos como “genérica”, que representa a nossa estimativa da provisão em uma determinada data com base em nossa experiência de perda, de acordo com informações históricas, que, desde 31 de dezembro de 2010, é mensurado com a utilização de modelos empregados na gestão do risco de crédito, fundamentados no Acordo da Basiléia II. A partir de 31 de dezembro de 2008, também reconhecemos uma “provisão adicional”, que representa um ajuste à nossa provisão genérica, considerando o cenário econômico. Em 31 de dezembro de 2009 e nos três primeiros trimestres de 2010, incluímos na "provisão adicional" provisões anticíclicas. A partir de 31 de dezembro de 2010, aprimoramos os critérios de apuração da provisão para créditos, segundo o Acordo da Basiléia II, onde os efeitos anticíclicos passaram a ser tratados na Base do Capital.

As metodologias para calcular a provisão genérica dependem de vários critérios, inclusive aqueles utilizados para segmentar a nossa carteira de empréstimo, o período utilizado para mensurar nossas perdas históricas, o método específico utilizado para medir essas perdas históricas, o impacto de nossos critérios de concessão de crédito sobre as perdas ao longo do tempo e outros fatores. Além disso, as metodologias utilizadas para medir a provisão adicional também dependem de julgamentos significativos, inclusive do relacionamento entre o nível de perdas de créditos observadas e os fatores econômicos de qualquer data específica.

## **Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas específicas do Banco Central, registramos alguns de nossos instrumentos financeiros pelo valor de mercado. Os instrumentos financeiros registrados pelo valor de mercado em nosso balanço patrimonial incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como: para negociação, disponíveis para venda e outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelos seus custos amortizados, e os seus correspondentes valores de mercado são divulgados nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor de mercado é definido como o valor pelo qual uma posição pode ser fechada ou vendida em uma operação com uma parte interessada e bem informada. Estimamos o valor de mercado utilizando preços cotados no mercado, quando disponíveis. Quando preços cotados no mercado não estão disponíveis, utilizamos diversas fontes, que incluem cotações de corretoras, modelos de precificação e preços cotados no mercado de instrumentos com características similares ou fluxos de caixa descontados. O valor de mercado de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Da mesma forma, o julgamento precisa ser aplicado na estimativa de preço, quando não existirem parâmetros externos. Outros fatores que podem afetar as estimativas incluem premissas incorretas do modelo e correlações inesperadas. Apesar de acreditarmos que nossos métodos de avaliação são apropriados e compatíveis com os dos outros participantes do mercado, o uso de diferentes metodologias e premissas para determinar o valor de mercado de certos instrumentos poderia resultar em uma estimativa diferente do valor de mercado na data de fechamento, a qual poderia afetar o valor da receita ou perda registrada para um ativo ou passivo específico. Também são necessários julgamentos para determinar se um declínio no valor de mercado abaixo dos custos amortizados é permanente nos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, exigindo, portanto, que a base do custo seja baixada e o reconhecimento dos respectivos efeitos seja feito no resultado operacional. Os fatores utilizados pela nossa administração para determinar se um declínio é permanente incluem principalmente o período de perda observado, o nível de perda e a expectativa, na data da análise, a respeito do potencial de realização do título ou valor mobiliário.

## **Passivo Contingente**

Atualmente, somos parte em processos civis, trabalhistas e previdenciários resultantes do curso normal dos nossos negócios. Em geral, reconhecemos provisões para essas contingências com base no seguinte: (i) no caso de processos avaliados individualmente, na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e na probabilidade de que recursos financeiros sejam necessários para liquidar a reivindicação, quando os valores de liquidação podem ser estimados com certeza suficiente, e (ii) no caso de processos avaliados coletivamente, pelo uso de referências estatísticas por grupo de ações judiciais, tipo de órgão jurídico (juizado especial cível ou tribunais normais) e pelo autor da ação. Classificamos como "provável", "possível" ou "remoto" o risco de que tais contingências provenientes dessas ações se converterão em perdas reais para nós. As provisões são reconhecidas como passivo contingente quando classificamos a perda referente a essas ações como provável. Apesar de não reconhecermos provisões para contingências cujo risco consideramos possível ou remoto, divulgamos contingências cujo risco consideramos possível. Mensuramos os valores de contingência utilizando modelos e critérios que, apesar da incerteza dos termos e valores dessas contingências, acreditamos que os seus valores estejam estimados de forma precisa. Apesar de acreditarmos que essas contingências estão adequadamente refletidas em nossas demonstrações financeiras, os seus desfechos podem resultar em obrigações de pagamentos de valores superiores os valores totais das nossas provisões para contingências, devido às dificuldades inerentes para estimar os valores exatos envolvidos nas ações judiciais movidas contra nós.

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2011 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework. A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2011, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas são efetivos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório do auditor independente, não observamos deficiências e recomendações sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

No entanto, cabe destacar a maneira como o Itaú Unibanco executa o monitoramento dos apontamentos e planos de ação. As deficiências e recomendações das auditorias (interna e externa) são monitoradas mensalmente pelas Áreas Executivas, por meio de comitês multidisciplinares e com a presença de representantes da Auditoria Interna e de Controles Internos.

Adicionalmente, os resultados deste monitoramento são reportados de forma periódica ao Comitê Executivo da Instituição, bem como ao Comitê de Auditoria.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I - arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há.

*II - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

De acordo com a Resolução 3.809, de 28/10/2009, o montante das operações de vendas ou transferências de ativos financeiros onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios é de R\$ 554 milhões composto exclusivamente por operações de Crédito Imobiliário R\$ 534 milhões e Crédito Rural R\$ 20 milhões, cedidos com coobrigação.

*III - contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Não há.

*IV - contratos de construção não terminada*

Não há.

*V - contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não há.

*b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não há.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

*a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

A organização constituiu provisão sobre os valores cedidos no montante de R\$ 20 milhões.

*b) natureza e o propósito da operação*

**Crédito Imobiliário:**

Cedido à CIBRASEC para emissão de CRI ( Certificado de Recebíveis Imobiliários ) no montante de R\$ 301 milhões.

Cedido à BRAZILIAN Securities para emissão de CRI ( Certificado de Recebíveis Imobiliários ) no montante de R\$ 233 milhões.

**Crédito Rural:**

Cedido à Secretaria do Tesouro Nacional para securitização de dívidas no montante de R\$ 20 milhões.

*c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

A Natureza foi informada no item “ b”. O compromisso da organização é honrar o pagamento no caso de inadimplência do devedor.

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

*a) investimentos, incluindo:*

*I - Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

*II - Fontes de financiamento dos investimentos*

*III - Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

O Itaú Unibanco prevê para 2012 a abertura de aproximadamente 155 agências, simultaneamente com abertura de novas plataformas de pequena empresa. Adicionalmente em fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco anunciou sua intenção de adquirir, diretamente ou por meio de suas controladas, as ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A (“REDECARD”), por meio de oferta pública unificada (“OPA”), visando (i) o cancelamento de autorização da REDECARD como uma empresa de capital aberto registrada na CVM e (ii) a saída da REDECARD do segmento de listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&F BOVESPA.

Ao final de 2011 tínhamos com 4.984 pontos de atendimento, entre Agências e Postos de Atendimento Bancário (PAB), um crescimento de 105 agências no período de um ano. O processo de remodelação na rede de atendimento de varejo, baseado no novo modelo de relacionamento com os clientes, que reformula conceitos de atendimento e layouts, atingiu o total de cerca de 1.500 unidades reformadas no final de 2011, tendo sido 440 remodeladas durante 2011.

A fonte de financiamento para esses investimentos é o Capital de Giro Próprio, representado pelo Patrimônio Líquido da Controladora e pelas Participações Minoritárias nas Subsidiárias.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

O Itaú Unibanco para abrigar seu novo Centro Tecnológico, escolheu a cidade de Mogi Mirim. Com a proposta de se transformar no principal núcleo tecnológico da instituição, o novo Centro Tecnológico Itaú Unibanco será implantado em uma área de 815 mil m<sup>2</sup>, localizada no Distrito Industrial.

Para a decisão sobre o novo local, que concentrará equipamentos de processamento e armazenamento de dados da instituição, foram considerados itens de infraestrutura, tais como amplitude de espaço disponível, capacidade de suprir a demanda de energia, água e telecomunicação, já que o Centro Tecnológico operará 24 horas por dia, além da localização.

Estimado para ser concluído em 2014, o projeto compreende a aquisição do terreno e obras cíveis, com o valor de investimento total aproximado de R\$ 800 milhões. Ao fim desta etapa, serão aproximadamente 60.000 m<sup>2</sup> de área construída e cerca de 400 pessoas trabalhando diretamente no local, entre as áreas Operacional e de Suporte.

Nós estamos sempre considerando opções de expansão de nossas operações no mercado financeiro. Caso oportunidades surjam, mesmo a preços atraentes, elas serão rigorosamente avaliadas considerando os riscos envolvidos e as perspectivas do país envolvido.

c) novos produtos e serviços, indicando:

I - Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II - Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III - Projetos em desenvolvimento já divulgados

IV - Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

#### 10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Apresentamos abaixo as diferenças entre nossas demonstrações contábeis em BRGAAP<sup>1</sup> e no padrão contábil internacional – IFRS.

As demonstrações contábeis consolidadas completas em IFRS, referentes ao ano de 2011, estão disponíveis em nossa página na internet: [www.itaú-unibanco.com.br/ri](http://www.itaú-unibanco.com.br/ri).

#### Comparativo BRGAAP<sup>1</sup> e IFRS

R\$ milhões

Balanco Patrimonial	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações <sup>2</sup>	IFRS	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações <sup>2</sup>	IFRS
		31/dez/2011			31/dez/2010	
<b>Ativos Totais</b>	<b>851.331</b>	<b>(33.195)</b>	<b>818.136</b>	<b>751.443</b>	<b>(24.361)</b>	<b>727.082</b>
Disponibilidades, Compulsórios, Aplic. Dep. Interfinanceiros e no Mercado Aberto, Ativos Financeiros e Derivativos	412.648	(2.414)	410.234	368.794	1.960	370.754
Operações de Crédito	345.483	781	346.264	295.063	(216)	294.837
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa <sup>3</sup>	(25.772)	1.899	(23.873)	(22.019)	2.025	(19.994)
Outros Ativos Financeiros <sup>4</sup>	66.502	(26.248)	40.254	62.245	(21.300)	40.945
Ativos Fiscais <sup>5</sup>	32.409	(6.321)	26.088	28.958	(4.816)	24.142
Investimentos em Empresas não Consolidadas, Imobilizado, Ativos Intangíveis, Bens Destinados a Venda e Outros Ativos	20.051	(892)	19.159	18.412	(2.014)	16.398
<b>Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>777.845</b>	<b>(35.045)</b>	<b>742.800</b>	<b>687.051</b>	<b>(27.521)</b>	<b>659.530</b>
Depósitos	242.636	-	242.636	202.688	-	202.688
Captações no Mercado Aberto	188.819	(3.406)	185.413	199.656	1	199.657
Passivos Fin. Mantidos para Negociação, Derivativos, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais	153.941	926	154.867	112.464	1.654	114.118
Outros Passivos Financeiros <sup>4</sup>	70.283	(26.164)	44.119	62.297	(21.285)	41.012
Reservas de Seguros, Presidência Privada e Capitalização	73.754	(12)	73.742	60.551	(1.084)	59.467
Provisões e Outros Passivos	34.651	(46)	34.605	32.120	(1.642)	30.478
Obrigações Fiscais <sup>5</sup>	13.751	(6.343)	7.408	17.275	(5.165)	12.110
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>73.486</b>	<b>1.850</b>	<b>75.336</b>	<b>64.392</b>	<b>3.160</b>	<b>67.552</b>
Participações de Acionistas não Controladores	2.139	(744)	1.395	3.513	(1.836)	1.677
<b>Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores</b>	<b>71.347</b>	<b>2.594</b>	<b>73.941</b>	<b>60.879</b>	<b>4.996</b>	<b>65.875</b>

<sup>1</sup> O BRGAAP representa as práticas contábeis vigentes no Brasil para as instituições financeiras, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil;

<sup>2</sup> Decorrentes de reclassificações de ativos e passivos e demais efeitos da adoção das normas do IFRS;

<sup>3</sup> Aplicação do critério de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa conforme modelo definido no IFRS;

<sup>4</sup> Diferença na contabilização, principalmente da carteira de câmbio, que passou a ser tratada como efeito líquido entre Ativos e Passivos;

<sup>5</sup> Diferença na contabilização, principalmente dos impostos diferidos, que passaram a ser tratados como efeito líquido entre Ativos e Passivos em cada uma das empresas consolidadas.

Seguem abaixo os quadros com a reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido, com a descrição conceitual dos principais ajustes.

R\$ milhões

Ajustes	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	31/dez/11	31/dez/10	2011	2010
<b>BRGAAP - valores atribuíveis aos acionistas controladores</b>	<b>71.347</b>	<b>60.879</b>	<b>14.621</b>	<b>13.323</b>
(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.899	2.025	(126)	(1.434)
(b) Reconhecimento do crédito tributário	1.002	1.631	(628)	(660)
(c) Planos de pensão e de saúde	-	-	-	-
(d) Ajuste a mercado de ações e cotas	471	1.162	5	14
(e) Aquisição de Participação na Porto Seguro Itaú Uhibanco Participações SA	862	896	(34)	(40)
(f) Provisão para gastos com a associação Itaú e Uhibanco	-	-	-	(844)
(g) Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior	-	-	(131)	275
(h) Taxa efetiva de juros	(724)	(819)	95	22
(i) Provisões para dividendos a pagar não declarados	-	1.308	-	-
Outros ajustes	72	70	78	236
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(988)	(1.277)	(43)	816
<b>IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores</b>	<b>73.941</b>	<b>65.875</b>	<b>13.837</b>	<b>11.708</b>
IFRS - participação dos acionistas não controladores	1.395	1.677	773	786
<b>IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores e não controladores</b>	<b>75.336</b>	<b>67.552</b>	<b>14.610</b>	<b>12.494</b>

#### Diferenças entre as Demonstrações Contábeis em IFRS e BRGAAP

- (a) No IFRS (IAS 39), as provisões para créditos de liquidação duvidosa devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável. No BRGAAP, é utilizado o conceito de Perda Esperada<sup>6</sup>.
- (b) Foi reconhecido, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas em BRGAAP, a parcela do crédito tributário referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido à alíquota de 15% (IAS12), integralmente ativado no balanço de abertura em IFRS de 01/01/2010.
- (c) A partir de 2011, os critérios do IFRS e BRGAAP foram equalizados (IAS19).
- (d) No IFRS (IAS 39 e 32), as ações e cotas classificadas como investimentos permanentes foram mensuradas a valor justo e seus ganhos e perdas registrados diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período.
- (e) No IFRS foi reconhecido o efeito da contabilização a valor justo da aquisição de participação na Porto Seguro Itaú Uhibanco Participações SA.
- (f) A provisão para gastos com a associação Itaú e Uhibanco foi revertida no Balanço de abertura em IFRS em 01/01/2010 (IAS 19 e 37). Em BRGAAP essa provisão foi consumida até 31/12/2010.
- (g) No IFRS (IAS 21), a variação cambial de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior, em que a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera) difere do Real, passou a ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período.
- (h) No IFRS (IAS 39), os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, que consiste em apropriar as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação. No BRGAAP, o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- (i) A provisão para dividendos a pagar não declarados foi revertida no montante que ultrapassou o valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

<sup>6</sup> Maiores detalhes nas Demonstrações Contábeis Completas do ano de 2011.

Para fins de comparabilidade, apresentamos no quadro abaixo o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Recorrente para o IFRS e BRGAAP.

R\$ milhões

Lucro Líquido Recorrente	2011			2010		
	BRGAAP	IFRS	Variação	BRGAAP	IFRS	Variação
<b>Lucro Líquido - atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>14.621</b>	<b>13.837</b>	<b>(784)</b>	<b>13.323</b>	<b>11.708</b>	<b>(1.615)</b>
<b>Exclusão dos eventos não recorrentes<sup>7</sup></b>	<b>20</b>	<b>(28)</b>	<b>(48)</b>	<b>(301)</b>	<b>1.171</b>	<b>1.471</b>
Reversão Parcial da Prov. Adicional para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(1.038)	-	1.038
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	(509)	(509)	-	(145)	(132)	13
Contingências Fiscais	-	-	-	380	372	(8)
Benefícios a Empregados - Pronunciamento Técnico CFC33	-	-	-	35	-	(35)
Ajuste a Valor de Mercado - BFI	244	222	(22)	-	-	-
Provisão para Contingências - Planos Econômicos	285	259	(26)	467	425	(42)
Gastos com a Associação Itaú e Uhibanco	-	-	-	-	506	506
<b>Lucro Líquido Recorrente - atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>14.641</b>	<b>13.809</b>	<b>(832)</b>	<b>13.023</b>	<b>12.879</b>	<b>(144)</b>

## ANEXO II

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE LUCROS, CONTENDO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-I-II  
DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481****Destinação do Lucro Líquido**

Propõe-se que o lucro líquido do exercício constante das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 11.890.195.760,13, seja destinado conforme segue: (a) R\$ 594.509.788,01 à Reserva Legal; (b) R\$ 6.241.662.706,71 às reservas estatutárias, sendo R\$ 1.859.846.180,54 à Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.752.726.610,46 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R\$ 2.629.089.915,71 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e (c) R\$ 5.054.023.265,41 ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, conforme faculdade prevista no Artigo 9º da Lei n.º 9.249/95.

Informamos que todos os dados apresentados, exceto quando informado de outra forma, referem-se aos dados individuais do Itaú Unibanco Holding S.A.

Efetuamos pagamento mensal de dividendos, com base na posição acionária do último dia útil do mês anterior e com pagamento no primeiro dia útil do mês subsequente, bem como pagamentos complementares (semestrais), para os quais o Conselho de Administração determina a data-base para a posição acionária e a data do pagamento. Em referidos pagamentos semestrais, a administração verifica o lucro existente, determina o montante de dividendos que deveria ser distribuído como obrigatório, calcula o montante mensal que já foi declarado e, ao fim, determina quanto faltaria para que se completasse o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Tal montante é declarado como dividendo “complementar” aos pagos mensalmente. Por deliberação do Conselho de Administração podem ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Para mais informações, veja os itens a seguir, os quais foram elaborados em consonância com os requisitos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

**1. Lucro líquido do exercício**

R\$ 11.890.195.760,13.

**2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

O valor global distribuído a título de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio foi de R\$ 5.054.023.265,41 (bruto), sendo R\$ 4.393.806.463,56 líquido de tributos. Tal montante corresponde ao percentual do lucro líquido indicado no item 3 abaixo e foi pago como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. Desse modo, será proposta à assembleia geral a ratificação das declarações e distribuições já realizadas e não serão propostas novas declarações.

Valor líquido por ação: R\$ 0,9727.

**3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O valor líquido distribuído a título de dividendos e juros sobre capital próprio corresponde a 37% do lucro líquido do exercício e a 39% do lucro líquido do exercício ajustado pelo valor destinado à reserva legal.

**4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não houve.

**5. Valor Bruto****a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Não será proposta à assembleia geral a declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais aos já declarados.

**b. Forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Conforme mencionado no subitem “a” deste item, o dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2011 já foi integralmente declarado pelo Conselho de Administração e pago aos acionistas. As datas de pagamento estão no item 6 deste documento. Os acionistas podem receber os valores que lhes são devidos das seguintes formas:

- Acionistas detentores de American Depositary Receipts (ADR’s):

O pagamento será realizado diretamente ao banco depositário no exterior (Bank of New York Mellon) que se incumbirá de repassá-lo aos acionistas titulares.

- Acionistas titulares de contas correntes no Itaú Unibanco S.A. devidamente cadastradas:

O pagamento será realizado mediante crédito efetuado diretamente nas respectivas contas correntes.

- Acionistas titulares de contas correntes em outros bancos que já tiverem indicado banco/agência/conta corrente:

O pagamento será realizado mediante DOC eletrônico ou TED, conforme os respectivos valores.

- Acionistas cujas ações estejam depositadas nas custódias fiduciárias da BM&FBOVESPA.

O pagamento será realizado diretamente à BM&FBOVESPA, que se incumbirá de repassá-lo aos acionistas titulares, por intermédio das Corretoras de Valores depositantes.

- Acionistas detentores de ações ao portador ainda não convertidas para o sistema escritural:

O pagamento ocorrerá após a entrega dos respectivos certificados para a conversão obrigatória.

Não será proposta à assembleia geral a declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais aos já declarados. Para datas de pagamentos já ocorridos, veja tabela constante do item 6 deste documento.

**c. *Eventual atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio***

Não houve.

**d. *Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento***

Veja subitem “a” deste item.

**6. *Montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos***

Competência	Tipo de Provento	Posição Acionária	Data de Pagamento	Valor por Ação	
				Nominal	Líquido
2011	JCP Comp.	29/02/2012	13/3/2012	R\$ 0,42	R\$ 0,35
Dezembro	JCP	26/12/2011	13/3/2012	R\$ 0,29	R\$ 0,24
Dezembro	Dividendo	30/11/2011	2/1/2012	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Novembro	Dividendo	31/10/2011	1/12/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Outubro	Dividendo	30/9/2011	1/11/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Setembro	Dividendo	31/8/2011	1/10/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Agosto	Dividendo	30/7/2011	1/9/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Agosto	JCP Comp.	9/8/2011	22/8/2011	R\$ 0,27	R\$ 0,23
Julho	Dividendo	30/6/2011	1/8/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Junho	Dividendo	31/5/2011	1/7/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Maiço	Dividendo	30/4/2011	1/6/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Abril	Dividendo	31/3/2011	1/5/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Março	Dividendo	28/2/2011	1/4/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Fevereiro	Dividendo	31/1/2011	1/3/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Janeiro	Dividendo	31/12/2010	1/2/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01

**7. *Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:***

**a. *Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores***

R\$

	2011	2010	2009
Lucro líquido	11.890.195.760,13	10.272.015.528,35	7.706.906.786,53
Lucro Líquido por ação	2,63	2,26	1,71
Lucro Líquido por ação – ajustado pelos efeitos das bonificações	2,63	2,26	1,71

Para cálculo do lucro líquido por ação, divide-se o lucro líquido pela quantidade de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	R\$		
	2011	2010	2009
Ordinária	0,9727	0,8607	0,7917
Preferencial	0,9727	0,8607	0,7917

Para cálculo do dividendo/juros sobre o capital próprio por ação, divide-se o dividendo/juros sobre o capital próprio pela quantidade de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

**8. Destinação de lucros à reserva legal**

**a. Montante destinado à reserva legal**

R\$ 594.509.788,01.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e do item 12.1 de nosso Estatuto Social, foram aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

**9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos**

Dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

**b. Suficiência do lucro do exercício para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

O lucro do exercício foi suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

**c. Cumulação de eventual parcela não paga**

O dividendo mínimo não é cumulativo.

**d. Valor global dos dividendos fixos ou mínimos pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não contamos com classes distintas de ações preferenciais. O valor global dos dividendos mínimos estabelecidos estatutariamente para as nossas ações preferenciais seria de R\$ 48.935.826,04.

**e. Dividendos fixos ou mínimos pagos por ação preferencial de cada classe**

Não contamos com classes distintas de ações preferenciais.

**10. Dividendo obrigatório**

**a. Forma de cálculo prevista no estatuto**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

**b. Pagamento**

O dividendo obrigatório foi pago integralmente, nos termos do item 6 acima.

**c. Montante eventualmente retido**

Não houve retenção de montantes.

**11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

**12. Destinação de resultado para reserva de contingências**

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

**13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

**14. Destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Por proposta do Conselho de Administração, a assembleia geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva para Equalização de Dividendos; II - Reserva para Reforço do Capital de Giro; III - Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando a manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos: a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

**b. Montante destinado às reservas estatutárias**

R\$ 1.859.846.180,54 à Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.752.726.610,46 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R\$ 2.629.089.915,71 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

**c. Forma de cálculo do montante destinado à reserva**

A forma de cálculo obedece à determinação do Estatuto Social, utilizando do lucro líquido até 50% para reserva para equalização de dividendo, até 20% para reforço de capital de giro e até 50% para aumento de capital de empresas participadas.

**15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

Não houve retenção de lucros.

**16. Destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais**

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.